EMENTÁRIO E ÍNDICE DE ASSUNTO

Biblioteca Conselheiro
Aloyzio Alves da Costa

LEGISLAÇÃO SOBRE O TCEMG

TCEMG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 - Constituições, Leis, Decretos

Constituição do Estado de Minas Gerais
Promulgada em 15 de junho de 1891.

Lei nº 509 - 22.09.1909
Cria o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Constituição do Estado de Minas Gerais
Promulgada em 30 de julho de 1935.

Lei nº 43 - 23.12.1935
Estabelece o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, fixando-lhe os respectivos vencimentos.

Decreto Lei nº 360 - 26.06.1939
Extingue o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Constituição do Estado de Minas Gerais
Promulgada em 14 de julho de 1947.

Lei nº 28 - 22.11.1947
Organização Municipal.

Lei nº 164 - 10.07.1948
Organiza o Tribunal de Contas do Estado.

Lei nº 855 - 26.12.1951
Altera a Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947.

Decreto nº 3.689 - 31.01.1952

Aprova as tabelas únicas por repartição de extranumerários mensalistas.

Lei nº 1.114 - 03.11.1954
Contém a Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Lei nº 1.143 - 17.11.1954
Aumenta o número de Juízes no Tribunal de Contas.

Decreto nº 4.788 - 14.11.1955
Dispõe sobre a lotação de servidores no Tribunal de Contas.

Lei nº 1.429 - 10.01.1956
Dispõe sobre a organização do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Decreto nº 4.974 - 27.01.1956
Modifica a tabela IV (única) de extranumerários mensalistas do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas.

Decreto nº 5.255 - 30.04.1957
Dispõe sobre a lotação de cargo no Tribunal de Contas.

Decreto nº5.360 - 25.11.1957
Torna obrigatório o preenchimento de questionário de classificação de cargos e funções.

Decreto nº 5.465 - 31.07.1958
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Lei nº 1.857 - 24.12.1958
Modifica disposições da Lei nº 1.114, de 3 de novembro de 1954.

Decreto nº 5.590 - 12.06.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.629 - 24.06.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.630 - 24.08.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.638 - 31.08.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista e altera a sua denominação.

Decreto nº 5.659 - 10.10.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.665 - 09.11.1959
Dá nova redação ao Decreto nº 5.638, de 31 de agosto de 1959.

Decreto nº 5.699 - 27.11.1959
Declara sem efeito o Decreto nº 5.665, de 9 de novembro de 1959, que ofereceu nova redação ao D. 5.538, de 31 de agosto do mesmo ano.

Decreto nº 5.735 - 20.12.1959
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.746 - 20.01.1960
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Lei nº 2.164 - 25.06.1960
Dispõe sobre a interposição de recursos no Tribunal de Contas do Estado.

Decreto nº 5.894 - 27.09.1960
Dispõe sobre lotação de cargo no Tribunal de Contas.

Decreto nº 5.895 - 27.09.1960
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 5.896 - 27.09.1960
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 6.012 - 05.12.1960
Transfere a função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 6.100 - 05.01.1961
Altera denominação das funções de extranumerário mensalista.

Lei nº 2.327 - 07.01.1961
Dispõe sobre transformação de carreira do Tribunal de Contas.

Decreto nº 6.119 - 11.01.1961
Altera a denominação de função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 6.200 - 28.01.1961
Altera a denominação de função de extranumerário mensalista.

Decreto nº 6.402 - 22.11.1961
Dispõe sobre o exercício de extranumerário mensalista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 2.583 - 29.12.1961
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos que menciona, no Tribunal de Contas, e contém outras providências.

Decreto nº 6.782 - 1º.12.1962
Faz lotação de cargo.

Lei nº 2.764 - 30.12.1962
Contém a Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 7.066 - 17.07.1963
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 7.193 - 1º.10.1963
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 7.383 - 22.01.1964
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 7.725 - 16.07.1964
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 7.726 - 16.07.1964
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 7.987 - 06.11.1964
Estabelece normas para concessão de "suprimentos" de numerário e respectiva prestação de contas e contém outras providências.

Lei nº 3.230 - 27.11.1964
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, concede aumento de vencimentos e dá outras providências.

Decreto nº 8.936 - 05.11.1965
Dispõe sobre a readaptação no Serviço Público Civil do Estado.

Decreto nº 9.696 - 28.03.1966
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 9.884 - 28.06.1966
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 9.938 - 20.07.1966
Faz lotação de cargo.

Decreto nº 10.450 - 05.04.1967
Dispõe sobre o uso de veículos oficiais e dá outras providências.

Constituição do Estado de Minas Gerais
Promulgada em 13 de maio de 1967.

Lei nº 4.703 - 1º.04.1968
Dispõe sobre os vencimentos da Magistratura, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Lei nº 5.511 - 02.09.1970
Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e contém outras providências (texto com as alterações das Leis nºs 5.580/70, 5.688/71 e 6.131/73).

Emenda Constitucional nº 1
Promulgada em 1º de outubro de 1970.

Lei nº 5.588 - 30.10.1970
Modifica disposições, que menciona, da Lei nº 5.511, de 2 de setembro de 1970, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas.

Lei nº 5.652 - 17.12.1970
Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos no Serviço Público Estadual e dá outras providências.
Lei nº 5.688 - 17.05.1971
Dispõe sobre a organização e o quadro de pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 5.726 - 29.06.1971
Autoriza o Poder Executivo a pagar diferença de vencimentos ao Poder Judiciário e Ministério Público, e dá outras providências.

Lei nº 5.948 - 11.07.1972
Fixa os vencimentos dos cargos de Juiz Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 5.949 - 11.07.1972
Concede ao pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado, aumento de vencimentos, nas condições que especifica.

Decreto nº 15.203 - 26.01.1973
Prorroga prazos estabelecidos para exercício de servidores no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 6.131 - 06.07.1973
Altera as Leis nºs 5.511, de 02 de setembro de 1970 e 5.688, de 17 de maio de 1971, e contém outras providências.

Lei nº 6.194 - 26.11.1973
Dispõe sobre a unidade de Tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências.

Lei nº 6.227 - 07.12.1973
Fixa os vencimentos da Magistratura, dos cargos de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas, dos membros do Ministério Público, concede abono aos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça, da Secretaria do Tribunal de Alçada e dá outras providências.

Lei nº 6.264 - 18.12.1973
Cria novos cargos no Tribunal de Contas.

Decreto nº 16.409 - 10.07.1974
Dispõe sobre o Quadro Permanente a que se refere a Lei nº 5.945, de 11 de julho de 1972, e dá outras providências.

Lei nº 6.491 - 30.11.1974
Fixa os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas e dos membros do Ministério Público.

Decreto nº 17.084 - 13.03.1975
Estende aos Juízes Inativos a gratificação de função judicante, de que trata a Lei nº 5.652, de 17 de dezembro de 1970.

Lei nº 6.565 - 17.04.1975
Dispõe sobre proventos de inativos e dá outras providências. (o art. 3º da Lei 6.648/75 determina a aplicação desta Lei aos servidores do TC).

Decreto nº 17.451 - 20.10.1975
Dispõe sobre a ordem das publicações de interesse dos Poderes do Estado no “Minas Gerais” e contém outras providências.

Lei nº 6.646 - 30.10.1975
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas, dos membros do Ministério Público e dá providências.

Lei nº 6.648 - 04.11.1975
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 6.762 - 23.12.1975
Dispõe sobre o Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Decreto nº 17.743 - 28.01.1976

Regulamenta a gratificação de estímulo à produção individual, instituída pelo artigo 39 da Lei nº 6762, de 23 de dezembro de 1975.

Lei nº 6.804 - 30.06.1976
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Lei nº 6.819 - 06.07.1976
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos dos servidores dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 6.981 - 26.04.1977
Dispõe sobre o ajustamento de proventos de Servidor Civil do Poder Executivo e dá outras providências (o § 2º do art. 5º da Lei nº 7556/79 manda aplicar dispositivos desta lei aos inativos do TC).

Lei nº 7.064 - 06.09.1977
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Emenda Constitucional nº 10 - 17.10.1977
Adapta a Constituição do Estado de Minas Gerais às disposições da Emenda Constitucional nº 7 à Constituição da República Federativa do Brasil e altera dispositivos que menciona.

Lei nº 7.098 - 05.10.1977
Dispõe sobre o ajustamento dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 7.127 - 26.10.1977
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 7.202 - 05.01.1978
Reduz período mínimo de exercício para a progressão de funcionário. (o art. 1º da Lei nº 7.653, manda aplicar dispositivos desta Lei aos servidores do TC).

Lei nº 7.217 - 24.04.1978
Concede pensão por falecimento de membro do Ministério Público e Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 7.286 - 03.07.1978
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos, soldos e proventos do pessoal civil e militar, e dá outras providências (o art. 4º da Lei nº 7378/78, manda aplicar dispositivos desta Lei aos servidores do TC).

Lei nº 7.287 - 03.07.1978
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 7.349 - 20.09.1978
Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com o Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Lei nº 7.378 - 24.10.1978
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 19.633 - 15.12.1978
Altera quadros setoriais de lotação da Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Decreto nº 19.832 - 06.05.1979
Estabelece a subordinação da Secretaria da Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Lei nº 7.516 - 30.07.1979
Concede abono, reajusta os valores dos símbolos, níveis de vencimentos, soldos e proventos do pessoal

civil e militares do Poder Executivo e dá outras providências. (art.4º da Lei nº 7556/79 manda ampliar o anexo XXV desta Lei ao pessoal inativo do TC).

Lei nº 7.556 - 12.10.1979
Concede abono e reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal do Serviços Auxiliares dos inativos do Tribunal de Contas do Estado.

Lei nº 7.557 - 12.10.1979
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Decreto nº 20.247 - 17.12.1979
Dispõe sobre o acompanhamento, avaliação e execução orçamentária e financeira.

Lei nº 7.653 - 21.12.1979
Dispõe sobre a redução do prazo mínimo de exercício para progressão de funcionário.

Lei nº 7.655 - 21.12.1979
Adapta a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Resolução nº 61 do Tribunal de Justiça, de 8.12.1975) à Emenda Constitucional nº 7, de 8 de outubro de 1978 e à Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.

Lei nº 7.770 - 25.08.1980
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 7.771 - 25.08.1980
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 7.892 - 18.12.1980
Acrescenta disposições ao artigo 137 da Lei nº 7.665, de 21 de dezembro de 1979, que adaptou a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais à Emenda Constitucional nº 7 e à Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março de 1979, e dá outras providências.

Lei nº 7.928 - 26.05.1981
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos de pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 7.944 - 24.06.1981
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Decreto nº 21.380 - 02.07.1981
Faz lotação do Quadro Específico de Provimento do Quadro Permanente.

Lei nº 8.112 - 03.12.1981
Modifica a Resolução nº 61 do Tribunal de Justiça, de 8 de dezembro de 1975, que contém a Organização e Divisão Judiciárias do Estado, alterada pela Lei 7.655, de 21 de dezembro de 1979, e dá outras providências.

Lei nº 8.216 - 26.05.1982
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Lei nº 8.219 - 28.05.1982
Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 8.281 - 03.09.1982
Altera símbolo de vencimento de cargos que menciona do Quadro Permanente, a que se refere a Resolução nº 2/75, do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.
Lei nº 8.399 - 22.06.1983

Reajusta os valores dos símbolos de vencimento do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 8.401 - 01.07.1983
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 8.563 - 22.05.1984
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 8.580 - 22.06.1984
Reajusta os valores dos símbolos de vencimento do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 8.731 - 23.11.1984
Dispõe sobre o aumento de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, institui a gratificação de Natal, e dá outras providências.

Lei nº 8.749 - 26.11.1984
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 8.807 - 05.06.1985
Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos cargos da magistratura, de Conselheiros e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 8.808 - 05.06.1985
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 24.753 - 25.06.1985
Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, os imóveis que menciona e dá outras providências.

Lei nº 8.924 - 18.09.1985
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e dos proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 8.926 - 18.09.1985
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 9.027 - 21.11.1985
Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 9.028 - 21.11.1985
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei nº 9.135 - 28.04.1986
Dispõe sobre a atualização dos valores dos símbolos de vencimentos e dos proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.136 - 28.04.1986
Cria cargos de provimento efetivo no Quadro Permanente de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Decreto nº 26.918 - 08.04.1987
Altera o Anexo Único do Decreto nº 16.016, de 18 de janeiro de 1974, e dá outras providências.

Lei nº 9.404 - 11.05.1987

Dispõe sobre os valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº9.473 - 23.12.1987
Cria cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.509 - 29.12.1987
Dispõe sobre os proventos do servidor civil do Poder Executivo, e dá outras providências (o art. 1º da Lei 9.768/89 manda aplicar dispositivos desta Lei nos proventos dos servidores inativos do TC).

Lei nº 9.532 - 30.12.1987
Dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria. (o art. 4º da Lei 9.768/89 manda aplicar os dispositivos desta Lei ao pessoal do TC).

Lei nº 9.551 - 05.04.1988
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 9.582 - 27.05.1988
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e dos proventos do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.732 - 09.12.1988
Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos e dos proventos do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 9.733 - 09.12.1988
Dispõe sobre o reajustamento de recomposição dos símbolos, níveis de vencimento e proventos dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.741 - 14.12.1988
Dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Conselheiro Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.746 - 21.12.1988
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.768 - 31.05.1989
Dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.932 - 24.07.1989
Dispõe sobre o reajuste dos valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 9.936 - 24.07.1989
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 9.937 - 24.07.1989
Dispõe sobre a alteração de símbolos das classes do Quadro Permanente do Tribunal de Contas do Estado de que trata a Resolução nº 8/74, de 15 de agosto de 1974 e dá outras providências.

Constituição do Estado de Minas Gerais
Promulgada em 21 de setembro de 1989.

Lei nº 10.065 - 28.12.1989
Altera o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.096 - 12.01.1990
Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimento e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 30.967 - 02.03.1990
Designa a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração para coordenar os estudos relativos à definição das Diretrizes dos Sistemas de Carreira e à elaboração do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 10.161 - 02.05.1990
Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos e níveis de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.256 - 23.07.1990
Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares dos Tribunais de Contas, de Justiça, de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.292 - 02.10.1990
Dispõe sobre a reestruturação do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.374 - 10.01.1991
Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.375 - 10.01.1991
Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.430 - 16.01.1991
Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 10.485 - 24.07.1991
Altera a vigência da Lei nº 10.292, de 2 de outubro de 1990, que dispõe sobre a reestruturação do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Decreto nº 32.865 - 30.08.1991
Dispõe sobre o Sistema de Unidade de Tesouraria e dá outras providências.

Lei nº 10.518 - 08.11.1991
Dispõe sobre a concessão de abono pecuniário aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 10.572 - 30.12.1991
Dispõe sobre a comissão prevista no § 2º do art. 155 da Constituição do Estado.

Lei nº 10.993 - 29.12.1992
Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado.

Lei Complementar nº 33 - 28.06.1994
Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.
Decreto nº 37.924 - 16.05.1996
Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

Emenda à Constituição 24/97 - 07.07.97
Dá nova redação ao § 6º do art. 76 da Constituição do Estado.

Emenda à Constituição 31/97 - 31.12.97

Dá nova redação ao art. 162 da Constituição do Estado.

Lei nº 12.960 – 20.07.98
Estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento de Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1999.

Decreto nº 39.874 – 03.09.98
Dispõe sobre as atividades de Administração Financeira do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 39.903 – 17.09.98
Altera dispositivos do Decreto nº 39.874, de 03 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de administração financeira do Estado.

Decreto nº 40.138 – 10.12.98
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 1998 nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, indireta e fundos e dá outras providências.

Emenda à Constituição 36/98 – 29.12.98
Altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Decreto nº 40.641 – 14.10.99
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 1999 nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 41.002 – 13.04.2000
Estabelece diretrizes e normas para a solicitação de créditos suplementares e dá outras providências.

Decreto nº 41.312 – 19.10.2000
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2000 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 13.959 - 26.07.2001
Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2002

Decreto nº 42.061 – 30.10.2001
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2001 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 14.169 – 15.01.2002
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2002.

Lei nº 14.199 – 27.03.2002
Altera o art. 110 da Lei nº 9.444, de 25 de novembro de 1987, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado, e dá outras providências.

Decreto nº 42.725 – 05.07.02
Dispõe sobre o Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental – SIPAG, disciplina sua implantação e utilização e dá outras providências.

Lei nº 14.371 – 26.07.02
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.

Decreto nº 42.873– 09.09.02
Institui o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD-MG.

Decreto nº 43.033 – 18.11.02
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2002 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 14.595 – 22.01.03
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2003.

Decreto nº 43.330 – 20.05.03
Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$ 5.000.000,00, para atender os fins que especifica.

Decreto nº 43.410 – 02.07.03
Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$ 5.000.000,00.

Lei nº 14.684 - 30.07.2003
Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2004 e dá outras providências.

Decreto nº 43.635 – 20.10.2003 (Republicado no MG de 30.05.2009, MG de 17.09.2010)
Dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

Decreto (MG de 30.10.2003)
Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$ 1.200.000,00.

Decreto nº 43.651 – 12.11.2003
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2003 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto (MG de 16.12.2003)
Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado no valor de R$ 1.465.000,00.

Lei nº 15.291- 05.08.2004
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências.

Decreto nº 43.902 – 26.10.2004
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2004 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 15.408- 15.12.2004
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento do Fiscal do Estado de Minas Gerais em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 17.12.2004)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$ 34.628.000,00.

Lei nº 15.460 - 13.01.2005
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento do Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005.

Lei nº 15.669 - 25.07.2005
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2006 e dá outras providências.

Decreto nº 44.083 - 10.08.2005
Altera Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

Decreto nº 44.142 – 27.10.2005
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2005, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Emenda Constitucional nº 73 - 29.11.2005
Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado.

Lei nº 15.952- 22.12.2005
Autoriza a abertura de crédito suplementar de R$13.300.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas.

Decreto (MG de 23.12.2005)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R$13.300.000,00.

Decreto 44.224 - 02.02.2006
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2006 e dá outras providências.

Decreto nº 44.293 – 10.05.2006
Altera o Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos e dá outras providências.

Lei nº 16.314 - 10.08.2006
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Decreto nº 44.404 – 07.11.2006
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2006 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 16.427- 28.11.2006
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado.

Decreto (MG de 30.11.2006)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R$25.000.000,00.

Lei 16.511 – 21.12.2006
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 23.12.2006)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R$5.797.351,69.

Decreto 44.437 – 15.01.2006
Altera o decreto nº 44.404, de 7 de novembro de 2006, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2006, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto 44.438 – 15.01.2007
Altera a data estabelecida para o registro dos ajustes contábeis necessários ao encerramento do exercício financeiro de 2006, e as datas estabelecidas para a apuração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lei 16.919 - 06.08.2007
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

Lei 17.035 - 04.10.2007
Autoriza o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado a abrirem créditos suplementares aos seus respectivos orçamentos para o exercício de 2007.

Emenda à Constituição 78 – 05.10.2007
Acrescenta o § 7º ao art. 76, dá nova redação ao § 1º do art. 77 e ao § 1º do art. 79 e revoga o § 6º do art.

76 e o § 2º do art. 77 da Constituição do Estado.

Decreto nº 44.653 – 08.11.2007
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2007, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 44.702 – 09.01.2008
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 44.653, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2007, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 102 – 17.01.2008
Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Lei nº 17.660 – 16.07.2008
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 24.07.2008)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$5.341.772,65.

Lei 17.710 – 08.08.2008
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

Decreto nº 44.948 – 14.11.2008
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2008, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 17.947 – 22.12.2008
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e de crédito especial em favor do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 24.12.2008)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R$85.321.321,00.

Decreto nº 45.002 – 08.01.2009
Altera o Decreto nº 44.948, de 14 de novembro de 2008, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2008, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 45.023 – 26.01.2009
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2009 e dá outras providências.

Decreto de 29 de maio de 2009
Republica o texto consolidado do Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003.

Lei 18.313– 06.08.2009
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências.

Decreto nº 45.214 – 17.11.2009
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2009, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 18.585 –14.12.2008
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 17.12.2009)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R$

10.735.648,01.

Lei Complementar nº 111 – 13.01.2010
Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Decreto nº 45.424 - 12.07.2010 – (Retificação no MG de 14.07.2010)
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, pelos demais poderes do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, em relação aos débitos de contribuições previdenciárias.

Lei 19.099– 09.08.2010
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

Decreto nº 45.449 - 13.08.2010
Altera o Decreto nº 45.424, de 12 de julho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, pelos demais poderes do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, em relação aos débitos de contribuições previdenciárias.

Lei nº 19.107 – 01.09.2010
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 16.09.2010)
Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R$12.088.948,26.

Decreto nº 45.493 – 12.11.2010
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 45.497 – 19.11.2010
Altera o Decreto nº 45.493, de 12 de novembro de 2010, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei nº 19.225 – 30.11.2010
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto (MG de 03.12.2010)
Abre crédito suplementar no valor de R$29.295.167,07.

Decreto nº 45.528 – 30.12.2010
Estabelece procedimentos para realização de despesas decorrentes da adesão de órgãos e entidades do Poder Executivo aos termos da Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e dá outras providências.

Decreto nº 45.540 – 28.01.2011
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Lei nº 19.420 – 11.01.2011
Estabelece a política estadual de arquivos.

Lei nº 19.429 – 11.01.2011
Dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial.

Decreto nº 45.563 – 21.03.2011
Revoga os arts. 20, 21 e 22 do Decreto nº 45.540, de 28 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Lei 19.573 – 11.08.2011
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

Lei 19.720 – 20.10.2011
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa e do Ministério Público e dá outras providências.

Lei 19.723– 27.10.2011
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Decreto (MG 22.11.2011)
Abre crédito suplementar no valor de R$924.788,18.

Lei 19.825 – 24.11.2011
Cria o Fundo estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – FECIFIM.

Decreto (MG de 25.11.2011)
Abre crédito suplementar no valor de R$36.860.517,00.

Decreto 45.782 – 28.11.2011 – (Retificação MG de 30.11.2011)
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2011, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto (MG de 01.12.2011)
Abre crédito suplementar no valor de R$ 11.645.750,00.

Lei 19.922 – 22.12.2011
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado.

Decreto (MG de 27.12.2011)
Abre crédito suplementar no valor de R$4.750.000,00.

Decreto 45.906 – 06.02.2012
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2012 e dá outras providências.

Decreto nº 45.949 – 09.04.2012
Altera o Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

Decreto 396 – 19.06.2012
Dispõe sobre as normas do Cerimonial do Governador do Estado de Minas Gerais.

Lei 20.373 – 09.08.2012
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.
Decreto 46.091 – 23.11.2012
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2012, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei 20.467 – 26.11.2012
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.

Lei 20.468 – 26.11.2012
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.
Decreto 737 – 27.11.2012
Abre crédito suplementar no valor de R$35.600.000,00.

Decreto 738 – 27.11.2012
Abre crédito suplementar no valor de R$1.174.533,69.

Decreto 740 – 29.11.2012
Credencia a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e autoriza o funcionamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização em Controle de Contas, Transparência e Responsabilidade Pública, no Município de Belo Horizonte.

Lei 20.535 – 14.12.2012
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar e do Ministério Público e dá outras providências.

Decreto 785 – 17.12.2012
Abre crédito suplementar no valor de R$33.550.000,00.

Decisão Conjunta da Assembleia e do Tribunal de Contas 1/2012 – 20.12.2012
Dispõe sobre a revisão da repartição dos limites individuais definidos na forma do disposto no art. 20, II, "a" da Lei Complementar federal nº 101 de 4 de maio de 2000.

Decreto 806 – 21.12.2012
Altera o Anexo que dispõe sobre as Normas do Cerimonial do Governador do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto NE nº 396, de 19 de junho de 2012.

Lei 20.625 – 17.01.2013
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2013.

Decreto 46.149 – 15.12.2013
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2013 e dá outras providências.

Lei 20.845 – 06.08.2013
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.

Decreto 46.319 – 26.09.2013
Dispõe sobre as normas relativas à transferência de recursos financeiros da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante convênio de saída, e dá outras providências.

Resolução Conjunta SEGOV/AGE 002 – 27.09.2013
Dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 46.319, de 26 de setembro de 2013.

Lei 20.926 – 05.11.2013
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.

Decreto 46.345 – 14.11.2013
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2013 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Decreto 631 – 14.11.2013
Abre crédito suplementar no valor de R$50.607.744,00.

Lei 21.148 – 15.01.2014
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2014.

Decreto 46.443 - 14.02.2014
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2014 e dá outras providências.

Decreto 78 - 25.02.2014

Altera o Anexo do Decreto NE nº 396, de 19 de junho de 2012, que dispõe sobre as normas do Cerimonial do Estado de Minas Gerais.

Lei 21.379 – 30.06.2014
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerias.

Decreto NE 341 - 07.07.2014
Abre crédito suplementar no valor de R$84.037.111,00.

Lei 21.447 – 01.08.2014
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

Decreto 46.638 – 29.10.2014
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2014 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Lei 21.535 – 18.12.2014
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Conta

Decreto 692 – 18.12.2014
Abre crédito suplementar no valor de R$ 4.160.000,00.

Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Dispõe sobre a revisão da repartição dos limites individuais definidos na forma do disposto no art. 20, II, “a”, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Lei 21.695 – 09.04.2015
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Decreto 46.751 - 08.05.2015
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2015 e dá outras providências.

Lei 21.736 – 04.08.2015
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

Comunicado – 03.09.2015
Comunica os dias de feriados e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2015 nas repartições públicas estaduais.

Decreto 46.883 - 05.11.2015
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2015 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

Lei 21.844 – 30.11.2015
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Decreto 559 – 02.12.2015
Abre crédito suplementar no valor de R$1.150.000,00.

Lei 21.969 – 14.01.2016
Altera a Lei nº 21.736, de 4 de agosto de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2016.

Lei 21.971 – 18.01.2016
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Geais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício Financeiro de 2016.

Decreto 46.949 - 17.02.2016
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

Decreto 163 - 01.04.2016
Institui Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e apresentar proposta para revisão das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal no âmbito do Estado.

Decreto 46.988 - 25.04.2016
Altera o Decreto nº 46.949, de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

Decreto 47.006 - 08.06.2016
Altera o Decreto nº 46.949, de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

Lei 22.254 – 27.07.2016
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2017 e acrescenta artigo à Lei nº 21.736, de 04 de agosto de 2015.

Decreto nº 47.036 - 28.08.2016
Altera o Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

Decreto 47.064 – 20.10.2016
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

Lei 22.478 – 02.01.2017
Institui o Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Funcontas – e dá outra providência.

Decreto 47.147 - 27.01.2017
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2017 e dá outras providências.

Decreto 47.159 - 08.03.2017
Altera o Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

Lei 22.626 - 28.01.2017
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2018 e acrescenta artigo à Lei nº 22.254, de 25 de julho de 2016.

Decreto 47.282 – 27.10.2017
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2017 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

Decreto 47.292 – 24.11.2017
Altera o Decreto nº 47.282, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2017 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

Resolução 5.519 – 14.12.2017
Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2003.

Resolução 5.520 – 14.12.2017
Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2004.

Lei 22.943 – 12.01.2018
Aprova as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2018

Decreto 47.371 – 09.02.2018

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2018 e dá outras providências.

Lei 23.086 - 17.08.2018
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2019.

Decreto 47.521 – 31.10.2018
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2018 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

Resolução SEDECTES 80 – 03.12.2018
Recredenciamento da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no município de Belo Horizonte.

Lei 23.138 – 10.12.2018
Autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lei 23.287 – 09.01.2019
Acrescenta dispositivos à Lei nº 23.086, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2019.

Lei 23.290– 09.01.2019
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2019.

Decreto 47.615 - 07.02.2019
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Decreto 47.668 - 06.06.2019
Dispõe sobre a execução financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2019.

Decreto 47.674 - 19.06.2019
Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

Lei 23 .364 – 25.07.2019
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Lei 23.365– 25.07.2019
Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar em decorrência do remanejamento de dotações orçamentárias de emendas parlamentares individuais constantes no Orçamento Anual vigente para o exercício de 2019.

Lei 23.452 – 29.10.2019
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto 527 – 08.11.2019
Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R$2.147.686,35.

Lei Complementar 150 – 14.11.2019
Altera o art. 127 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Decreto 47.755 - 14.11.2019
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2019 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

Lei 23.569 - 13.01.2020

Dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da transparência e do acesso à informação nos procedimentos licitatórios e dá outras providências.

Lei 23.579 – 15.01.2020
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Decreto 47.865 – 14.02.2020
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício e 2020 e dá outras providências.

Resolução SECGERAL 4- 18.03.2020
Discrimina os serviços públicos que, na qualidade de essenciais, não podem sofrer descontinuidade em sua prestação, no âmbito da Secretaria-Geral.

Decreto 47.891 - 20.03.2020
Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

Decreto 47.939 – 30.04.2020
Dispõe sobre o MG Investe Garantidor que estabelece regras especiais como medida econômica de enfrentamento à pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus e o Fundo de Investimentos do Estado de Minas Gerais – MG Investe.

Lei 23.641 - 14.05.2020
Dispõe sobre o encaminhamento à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de informações sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços realizadas pelo Poder Executivo em função do enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

Lei 23 .685 – 07.08.2020
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021.

Decreto 48.040 – 17.09.2020

Fica mantido, até 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento do estado de CALAMIDADE PÚBLICA decorrente da pandemia de COVID-19, em todo o território do Estado.

Decreto 48.080 - 11.11.2020
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Decreto 48.102 – 29.12.2020

Prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado.

Lei 23.751 – 30.12.2020
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

Decreto 48.132 – 29.01.2021
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2021 e dá outras providências.

Decreto 48.177 – 16.04.2021
Altera o Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações

da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências.

Decreto 48.205 – 15.06.2021

Prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado.

Lei 23.831 – 28.07.2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2022.

Lei 23.902 –03.09.2021

Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nos serviços de atendimento ao público dos estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado.

Decreto 48.303 - 19.11.2021

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Lei 24.013 – 30.11.2021

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2022.

Lei 24.030 – 29.12.2021

Dispõe sobre o uso da assinatura eletrônica no âmbito do Estado.

Decreto 48.328 – 29.12.2021

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2022 e dá outras providências.

Lei Complementar 167 - 01.07.2022

Institui a Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei 24.218 – 15.07.2022

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023.

Decreto 48.531 - 11.11.2022

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Decreto 48.539 – 05.12.2022

Altera o Anexo do Decreto nº 48.531, de 11 de novembro de 2022, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Lei 24.269 – 29.12.2022

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto NE 859 – 29.12.2022

Abre crédito suplementar no valor de R$ 13.025.000,00.

Lei Complementar 169 – 29.12.2022

Altera a Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências, a Lei nº 19.572, de 10 de agosto de 2011, que altera a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Lei 24.272 – 20.01.2023

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023.

Decreto 48.574 – 17.02.2023

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2023 e dá outras providências.

Lei 24.404– 02.08.2023
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Lei 24.430– 13.09.2023
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Decreto NE 448 – 19.09.2023
Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.320.000,00.

Decreto 48.720 - 10.11.2023
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2023 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Lei 24.678 – 17.01.2024
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024.

Lei 24.945 – 02.08.2024
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

Portaria – TCU 138, de 23.08.2024
Dispõe sobre as diretrizes relativas à comunicação entre os Tribunais de Contas para atuação em representações e denúncias, nos casos de competência concorrente ou complementar na fiscalização dos recursos públicos, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Contas da União e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Decreto 48.886 – 28.08.2024
Dispõe sobre a limitação do crescimento anual das despesas primárias do Estado em decorrência de sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do inciso V do § 1º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017.

Decreto 48.934 – 01.11.2024
Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2024 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Lei 25.055 – 13.12.2024
Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria-Geral de Justiça e altera a Lei nº 24 964, de 9 de setembro de 2024, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias Procuradoria-Geral de Justiça, Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

Lei 25.124 – 30.12.2024
Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025.

ÍNDICE DE ASSUNTO DA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TCEMG

remete ao nº da Lei, Decreto, etc.

Abreviaturas e sinais usados

art. Artigo

Com. comunicado

D decreto

D.C. decisão conjunta

EC emenda constitucional

L lei

LC lei complementar

LOTC Lei Orgânica do Tribunal de Contas

MG Minas Gerais

MP Ministério Público

§ parágrafo

§§ parágrafos

R Resolução

RC Resolução Conjunta

R.I. Regimento Interno

TC Tribunal de Contas

TCU Tribunal de Contas da União

TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Acórdãos
do TC, L. 5511, art. 104, a; L. C. 33, art. 73, I, art. 75, § 1º; L.C. 102, arts. 72, l, 75, § 3º

Acordo
ver Ajustes/Acordos

Adiantamento/Suprimento
exame L.C. 33, art. 33, V-VI
prazo para aplicação, L. 6131, art. 16; L.C. 33, art. 34

Adjunto de Procurador
posse, L. 164, art. 54

Administração direta
documentos de contratos
protocolização mensal no TC, L. 14.199
descumprimento
punição, L. 14.199

Administração financeira
infração pelos agentes
multa, L. 6131, art. 4º
recolhimento de receitas
adesão ao SIAFI, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903

Administração indireta
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, parágrafo único, 2º, ll
documentos de contratos
protocolização mensal no TC, L. 14.199
descumprimento
punição, L. 14.199

Administrador Público
conceito L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, l-Vlll
prestação de contas, L.C 33, art. 13, III; L.C. 102, arts. 3º, lll, 37, ll, 46, §§ 1º-2º

Admissão de pessoal
ver sob Servidor

Advogado das partes
exercício nos processos, L.C. 33, art. 17, XVIII
faltas, L.C. 33, art. 17, VII; L.C. 102, art. 19, Vll

Agente de transporte e vigilância
vacância do cargo
transformação, L. 9768, art. 8º
vencimentos
símbolos, alteração, L. 8281, art. 1º

Agente Público
representação,, LC 102, arts. 19, XXIV, 70, § 1º, I-VIII, §§ 1º-2º

Agravo
decisões interlocutórias/terminativas, arts. 98, II, 104
formulação, LC 169/22
normas, L. 2164; L. 5511, arts. 79-80; L.C. 33, art. 82, §§ 1º-3º; L.C. 102, arts. 104-105, parágrafo único

Ajustes/Acordos
fiscalização L.C. 33, art. 55; L.C. 102, arts. 3º, XVII, 62-63, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único
gestor responsável, L.C. 33, art. 62; L.C. 102, art. 63, §§ 1º-2º
legalidade, art. 3º, VIII
liberação de recurso financeiro, L.C. 33, art. 61; L.C. 102, art. 63
publicação dos atos, L. 5511, art. 42, § 4º

recurso público, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102, arts. 3º, XIII, 62-63, §§ 1º-2º
Alienação administrativa de caução
normas, L. 164, art. 50; L. 1114, art. 77;
L. 5511, arts. 109-110

Analista de Registros funcionais
nova denominação, L. 9768, anexo II

Antiguidade
regulamento da, L. 164, art. 9º; L. 1114, art. 9º;L. 5511, art. 122

Aposentadorias
ver sob Servidor

Apostilas
averbação, L.C. 33, art. 13, XXV; L.C. 102, art. 33, XXV

Arresto de bens
responsável por débito, L.C. 33, art. 93; L.C. 102, arts. 32, V, 96, lV, § 2º

Assembléia Legislativa
despesa com pessoal
repartição dos limites, D.C. ALMG/TCEMG (2015)
nomeação de juízes do TC
aprovação, L. 164, art. 4º, L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 5º

Assessor administrativo
enquadramento, L. 3230, art. 8º
número de cargos, L. 6264, art. 1º

Assessor de Comunicação Social
cargo de, L. 10065, art. 4º

Assessor de contabilidade
carreira, L. 6131, arts. 12-13
criação do cargo, L. 2583, art. 14
enquadramento, L. 3230, art. 7º

Assessor de fiscalização financeira
número de cargos, L. 6264, art. 1º
transformação em cargo isolado, L. 2327, art. 1º
vencimentos, L. 2583, art. 16

Assessor de imprensa
criação do cargo, L. 9582, art. 4º

Assessor de manutenção e segurança
criação do cargo, L. 9582, art. 4º

Assessor de Presidente
nova denominação, L. 9768, anexo II

Assessor de relações públicas
denominação
transformação, L. 10065, art. 4º

Assessor Técnico de Contabilidade
transformação em cargo isolado, L. 2327, art. 1º
vencimentos, L. 2583, art. 16

Assessoramento
cargos de
grau de instrução, L. 7378, art. 3º

Assessores técnicos
habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º

Assistente Administrativo de Gabinete
nova denominação, L. 9768, anexo, II

Assistente de auditoria
atribuições, L. 5688, art. 14, parágrafo único

Assistente de controle externo II
vacância do cargo
transformação, L. 9768, art. 8º

Assistente de fiscalização financeira
cargo isolado, L. 2583, art. 12
vencimentos, L. 2583, art. 8º

Assistente de planejamento
criação do cargo, D. 6100, art. 1º; L. 2583, art. 17

Assistente técnico de administração
criação do cargo, D. 6119, art. 1º; D. 6200, art. 1º
transformação, L. 2583, art. 17

Assistente técnico de contabilidade
habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º
vencimentos, L. 2583, art. 8º

Assistente técnico de controle externo
gratificação, L. 9768, art. 7º

Associação
denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII; art. 76; L.C. 102, arts. 3º, XXVII, 65

Assunto administrativo
decisão, L.C. 33, art. 25, IX

Atos
correção de cálculos ,L.C. 102, art. 3º, XXVI
de admissão
ver sob Servidor
do TC
publicação em órgão oficial, D. 17451, art. 6º; L.C. 102, art. 57, I, 76
expedição, L.C. 102, arts. 3º, XXIX, 35, IX
fiscalização, L. 5511, art. 48; L.C. 102, arts. 56-57, I-III, §§ 1º-4º, 58, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único
impugnados
sustação, L.C. 33, art. 13, XVIII; L.C. 102, art. 3º, XLX
irregularidade, L.C. 102, art. 64, IV
representação ao poder competente, L.C. 33, art. 13, XIX; L.C. 102, art. 2º, XX
projeto
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV
registro, L.C. 102, arts. 53, I-II, §§ 1º-3º, 54, I-III, §§ 1º-2º
retificação, L.C. 33, art. 13, XXVI; L.C. 102, art. 2º, XXVI
sustação da execução,L.C. 102, arts. 64, V, 96, III

Auditor
abono família, L. 7844, art. 6º; L. 8216, art. 6º; L. 8749, art. 2º; L. 8807, art. 2º; L. 9027, art. 2º
valores indênticos ao do servidor, L. 9551, art. 6 º
afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV
ampliação do quadro, L. 1429, art. 7º
antiguidade, L.C. 33, art. 12, I-II; L.C. 102, art. 18, I-III
aposentadoria, Constituição 1989, art. 79, § 2º; L.C. 102 , art. 26

proventos, L. 6131, art. 19; L. 6804, art. 6º
composição dos, L. 7064, art. 5º; L. 7287, art. 5º; L. 7944, art. 5º; L. 8216, art. 5º; L. 8401, art. 5º; L. 8563, art. 6º; L. 8749, art. 6º; L. 8807, art. 6º; L. 8924, art. 4º; L. 9027, art. 6º; L. 9551, art. 5º; L. 9741, art. 10
ausência do País,L.C. 102, art. 35, XIV
atribuições, L. 5511, art. 26; L.C. 33, art. 98
competência, L.C. 33, art. 21, I-XIII; L.C. 102, arts. 27, 73-74; LC 150
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II, 24
denominação “Conselheiro Substituto”, L.C. 102, art. 114-B
diárias de viagem, arts. 4º, VII, 35, XIII
direitos e vantagens, L.C. 102, art. 19, VII
equiparação a Juiz de Direito, L.C. 102, art. 25
exoneração a pedido, L. C. 33, art. 8º
falecimento
auxílio-funeral, L.C. 33, art. 101; L.C. 102, ,L.C. 102, art. 114
pensão, L. 7217, art. 2º
férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 87; L. 5511, art. 117; L.C. 33, arts. 11, 17, XX; L.C. 102, arts. 4º, IV, 17, parágrafo único, 19, VII
garantias e direitos, ECE 78
gratificação de função judicante, L. 6646, art. 3º; L. 6648, art. 4º; L. 6804, art. 1º, § 2º
gratificação de representação, L. 6804; L. 7064; L. 7287; art. 1º, parágrafo único; L. 7892, art. 2º; L. 8112, art. 6º; L. 8401, art. 1º, parágrafo único
absorção aos vencimentos, L. 7287, art. 1º, parágrafo único
gratificação de 20%, L. 6227, art. 5º
gratificação em dezembro, L. 8749, art. 7º
gratificação/vantagem de servidor
proibição de recebimento, L. 7944, art. 2º, parágrafo único; L. 8216, art. 2º, parágrafo único; L. 84, art. 2º, parágrafo único; L. 8563, art. 2º, parágrafo único; L. 8749, art. 3º, parágrafo único; L. 8807, art. 3º, parágrafo único; L. 9027, art. 3º, parágrafo único; L. 9551, art. 2º, parágrafo único
impedimentos/garantias ,L.C. 102, art. 25
indicação para o cargo de Conselheiro, L.C. 102, art. 19, XXXVI, parágrafo único
lista tríplice, L.C. 102, arts. 8º, I, a, 19, XXXV, 35, XIX
julgamento
competência L.C. 33, art. 9º
licença L.C. 33, art. 17, XX; L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII
nomeação, L. 164, art. 13; L. 1114, art. 13, Constituição de 1967, art. 101, VI, a; ECMG 1/70, arts. 66, 76; L. 5511, art. 23; Constituição de 1989, art. 79, I-IV, art. 90, XXIII; L.C. 102, art. 24
número L.C. 102, art. 24
perda de cargo L.C. 33, art. 8º
posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83; L. 5511, art. 119; L.C. 33, art. 7º, art. 17, II; L.C. 102, arts. 16, 19, III
prerrogativas, vantagens, etc, de juiz de Tribunal de Alçada, Constituição M.G. de 1989, art. 79, § 1º
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX
proibições, L. 5511, art. 25
substituição de Conselheiro, L.C. 33, art. 10; L.C. 102, art. 11
garantias/impedimentos, L.C. 102, art. 25
vencimentos, L.C. 102, art. 11, parágrafo único
substituição de juiz, L. 164, art. 10; L. 1114, arts. 8º, 10; L. 5511, art. 10
substituição de membro da Câmara, L.C. 102, art. 39, V
suspeição
julgamento, L.C. 33, art. 17, XVII
relato, art. 19, XIII
vedação, art. 9º, I-VII
vencimentos, L. 1429, art. 9º; L. 2583, art. 2º; L. 4703, Anexo III; L. 5726, art. 1º, parágrafo único; L. 5948, art. 1º
aumento, L. 6227, art. 1º; L. 6646, art. 1º; L. 6804, art. 1º; L. 7064, art. 1º; L.7287, art. 1º; L. 7771, art. 1º; L. 7944, art. 1º; L. 8112, art. 5º; L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L. 8563, art. 1º; L. 8749, art. 1º; L. 8807, art. 1º; L. 8924, art. 1º; L. 9027, art. 1º; L. 9551, art. 1º; L. 9741, art. 1º
aumento trimestral, L. 9741, art. 1º, art. 1º, parágrafo único

Vice-Diretor da Revista do Tribunal de Contas,L.C. 102, art. 19, XXXIX

Auditoria
atividades administrativas da, L. 5588, art. 1º
composição, L.C. 33, art. 4º; L.C. 102, art. 25
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
parecer coletivo, L.C. 33, art. 21, XIII; L.C. 102, art. 27, V
pronunciamento
elementos, L.C. 33, art. 21, parágrafo único
revisão de contas, L. 164, art. 39

Auditoria financeira/orçamentária
exame de contas, L. 5511, art. 70

Auditoria (fiscalização)
comunicação de resultado, L.C. 33, art. 57; L.C. 102, art. 3º, XIV
empresa especializada
contratação, L.C. 33, art. 56
pedido de, L.C. 33, art. 25, XI
promoção pelo controle interno, L.C. 33, art. 64, II
realização de, L.C. 33, VIII, arts. 56-58; L.C. 102, arts. 3º, IX, 57, ll, §§ 1º-2º
sonegação de informação/documento, L.C. 33, art. 58, §§ 1º-2º; L.C. 102, art. 58, §§ 1º-2º
ver também sob Inspeção

Autarquia
balanço orçamentário
parecer do TC, L. 6131, art. 1º
fiscalização pelo TC, L. 164, arts. 23, I, 41; L. 1114, arts. 20, I, 34-35;
L. 5511, art. 20
tomada de contas, L. 1114, arts. 55-56; L. 5511, arts. 68-72

Autenticação de cópia
ver Documentos

Autos
restauração, L.C. 33, art. 17, XIV; L.C. 102, art. 19, XXVI

Auxiliar de fiscalização financeira
transformação do cargo, L. 2583, art. 9º
vencimentos, L. 2583, art. 9º

Auxiliar de gabinete
gratificação, L. 1429, art. 14

Auxiliar de Procurador
competência, L. 164, art. 22

Auxiliar instrutivo
carreira, L. 5688, anexo I; L. 6131, art. 6º
criação de 80 cargos, L. 10065, art. 5º
extinção de cargo, L. 6131, art. 7º

Auxiliar técnico em contabilidade
habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º
transformação do cargo, L2583, art. 9º
vencimento, L. 2583, art. 9º

Balancetes anuais
análise de, L. 1114, art. 20, IV

Balancetes mensais
de repartição arrecadadora
inspeção, L. 1114, art. 24, III

Balanço/balancete
ver Prestação de Contas

Balanço financeiro, L.C. 33, art. 39
parecer do TC, L. 5511, art. 69

Balanço Geral das Contas do Exercício
parecer do TC, L. 5511, art. 71

Balanço Geral do Estado
parecer do TC, L. 164, art. 43; L. 1114, art. 67

Balanço orçamentário, L.C. 33, art. 39
parecer do TC, L. 5511, art. 69

Balanço patrimonial, L.C. 33, art. 39
parecer do TC, L. 5511, art. 69

Balanços
itens obrigatórios, L. 1114, art. 66
ver também Receita, Despesa

Bens dos responsáveis
arresto dos, L.C. 33, art. 93

Bens públicos
desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III; L.C. 102, art. 47, lll

Biblioteca
subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único

Bibliotecário
criação do cargo, L. 1429, art. 6º
vencimentos, L. 2583, art. II

Câmara de Licitação
incumbências, EC. 24/97
pareceres conclusivos
julgamento, L.C. 33, art. 25, XII
ver também sob Licitação

Câmara Municipal
aprovação de contas de prefeito, L. 5511, art. 73, § 4º
quorum, L. 5511, art. 73, § 5º
decisões
inexistência de recurso ao TC, L. 5511, art. 95
recurso ao TC, L. 28, art. 117
fiscalização financeira/orçamentária
controle externo, L. 5511, art. 73
Presidente da
envio das contas ao TC, L. 5511, art. 73, § 1º

Câmaras do TC
alerta
emissão, L.C. 102, art. 37, V
atuação de Auditor ,L.C. 102, art. 27, IV
competências, L.C. 102, art. 37, I-XII
composição, L.C. 33, arts. 26-27; L.C. 102, L.C. 102, arts. 36-39, parágrafo único
escolha dos membros, L.C. 33, art. 27
funcionamento, L.C. 102, art. 36
início dos trabalhos, L.C. 33, art. 101, § 3º
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14

número, L.C. 102, art. 36
organização das, L.C. 33, art. 4º, parágrafo único; L.C. 102, art. 36
presidência, L.C. 102, art. 36
Presidente
competências, L.C. 102, art. 39, I-V, parágrafo único
impedimento, L.C. 102, art. 39, parágrafo único
suspeição, L.C. 102, art. 39, parágrafo único
Secretaria, L.C. 102, art. 38
sessões, L.C. 102, arts. 32, II, 39, I
votação, L.C. 102, art. 39, II-III
ver também Primeira Câmara - Segunda Câmara

Cargo em comissão
afastamento ,L.C. 102, art. 19, IX
aposentadoria
apostilamento, L. 9532
férias, L.C. 102, art. 19, IX
gratificação
adicional tempo de serviço, L. 10161, art. 2º
licença, L.C. 102, art. 19, IX
nomeação/exoneração, L.C. 33, art. 17, IV; L.C. 102, art. 19, VIII
provimento da, L. 3230, art. 3º; L. 5688, art. 14; L.C. 33, art. 25, III
quadro, L. 9768, art. 13
vencimentos
valores da lei 3214, art. 14, parágrafo único
ver também Cargos de Chefia/ Direção e Cargos isolados

Cargos de carreira
criação, L. 1429, art. 6º

Cargos de Chefia/Direção
substituição, L. 1429, art. 15
ver também Cargos em comissão e Cargos isolados

Cargos do TC
criação/transformação/extinção, L.C. 33, art. 16, III; L.C. art. 4º, lll

Cargos isolados
de provimento em comissão
criação, L. 1429, art. 4º
efetivos, L. 1429, art. 6º

Caução
alienação administrativa, L. 164; art. 52; L. 1114, art. 79; L. 5511, arts. 109-110
legalidade, L.C. 33, art. 13, XXIV
levantamento
autorização do TC, L. 5511, art. 65
prestação de
fiscalização, L. 1114, art. 24, IV
regularidade, L.C. 33, art. 32, VIII
restituição, L.C. 33, art. 13, XXIV, art. 33, IV
processos de, L.C. 33, art. 21, II, c, VII

Certidões
assinatura, L.C. 33, art. 99
deferimento, L.C. 33, art. 99
delegação de competência, L.C. 33, art. 99
expedição de, L. 5511, art. 123; L. 6131, art. 1º; L.C. 33, arts. 17, XII, 70; L.C. 102, art. 19, XXVll

Chefe de departamento
gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15
regime de tempo integral, L 6131, art. 15

Chefe de divisão
posse, L. 1114, art. 83
vencimentos, L. 2583, art. 7º

Chefe de gabinete de Conselheiro
criação do cargo, L. 9582, art. 3º

Chefe de gabinete do Presidente
gratificação de 1/3, L. 6131, art. 9º

Chefe de portaria
gratificação, L. 1429, art.. 12

Chefe de serviço
gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15
regime de tempo integral, L. 6131, art. 15

Chefia
aposentadoria
proventos, L. 6131,art. 22
cargo em comissão, L. 164, art. 18
contagem de tempo, L. 5688, art. 15
provimento em, L. 5688, art. 14
ver também Cargo em comissão

Cidadão
denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII, art. 67; L.C. 102, art. 3º, XXVll

Citação
formas, L. 1114, art. 50; L. 5511, art. 105; L. 6131, art. 1º
normas, L.C. 33, art. 77, I-IV; L.C. 102, arts. 77, l, 78, l-Vl, 79
responsável, L.C. 33, art. 42, § 1º

Código de Processo Civil
aplicação subsidiária, L.C. 33, arts. 78-79, 107; L.C. arts. 76-77, l-ll, 78, l-Vl, 79-80, 97, 101

Cofres públicos
recolhimento de saldos, L. 6131, art. 17

Comissão
constituição, L.C. 102, art. 19, XXXIII
designação, L.C. 102, art. 19, XXXIII

Comissão de compatibilização e acompanhamento
participação do TC, L. 10572, art. 2º

Comissão de Jurisprudência e Súmulas
coordenação dos trabalhos, L.C. 102, art. 19, XL

Concurso público do TC
realização, L.C. 33, art. 16, V; L.C. 102, art. 4º, V

Conferente de pagamentos
criação do cargo, L. 6131, art. 8º

Conselheiro
abono família, L. 7944, art. 6º; L. 8216, art. 6º; L. 8749, art. 2º; L. 8807, art. 2º; L. 9027, art. 2º
valores idênticos do servidor, L. 9551, art. 6º
afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV
antiguidade, L.C. 33, art. 12, I-III; L.C. 102, art. 18, I-III
aposentadoria
contagem de tempo, L. 7655, art. 124
de advocacia, L. 8563, art. 2º, parágrafo único

atribuições
fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, II
ausência do País, art. 35, XIV
cargo
ocupação
impossibilidade, L.C. 102, art. 10
provimento, L.C. 102, art. 8º, I, a-c, II
lista tríplice, L.C. 33, art. 16, X; L.C. 102, art. 4º, XI
competências, L.C. 102, art. 73-74
composição do Tribunal Pleno, L.C. 102, art. 34, § 1º
diárias de viagem, L.C. 102, rts. 4º, VII, 35, XIII
direitos e vantagens, L.C. 102, art. 19, VII
equiparação a Desembargador do TJMG, L.C. 102, art. 12
exoneração a pedido, L.C. 33, art. 8º
falecimento
auxílio-funeral, L.C. 33, art. 101; L.C. 102, art. 114
férias, L.C. 33, art. 11; L.C. 102, arts. 4º, IV, 17, 19, VII
duração, L.C. 102, art. 17, parágrafo único
julgamento
competência, L.C. 33, art. 9º
licença, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII
nomeação, Constituição de 1989, art. 78, § 1º, 90, XXIII; L.C. 102, art. 7º, I-IV
requisitos para, Constituição de 1989, art. 78, I-IV
número, L.C. 102, art. 5º
perda de cargo, L.C. 33, art. 8º
posse, L.C. 33, arts 7º, 17, II; L.C. 102, arts. 16, 19, III
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX
prerrogativas, vantagens, etc. de desembargador, Constituição de 1989, art. 78, § 4º
proventos
aumento, L. 7944, art. 1º; L. 8112, art. 1º; L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L.8563, art. 3º; L. 8749, art. 4º; L. 8807, art. 4º; L. 8924, art. 2º; L.9027, art. 4º; L. 9551, art. 3º; L. 9741, art. 1º
composição dos, L. 7064, art. 5º; L. 7287, art. 5º; L. 7771, art. 4º
gratificação adicional, L. 8563, art. 2º, parágrafo único
gratificação de representação, L. 6804; L. 7064; L. 7287, art. 1º, parágrafo único; L.7892, art. 2º; L 8112, art. 6º; L. 8401, art. 1º, parágrafo único
absorção aos vencimentos, L. 7287, art. 1º, parágrafo único
gratificação em dezembro, L. 8749, art. 7º
gratificação /vantagem de servidor
proibição de recebimento, L. 7944, art. 2º, parágrafo único;
L. 8216, art. 2º, parágrafo único; L. 8749, art. 3º, parágrafo único;
L. 8807, art. 3º, parágrafo único; L. 9027, art. 3º, parágrafo único;
L. 9551, art. 2º, parágrafo único
substituição, L.C. 33, arts. 10, 21, I; L.C. 102, arts. 11, parágrafo único, 15, §§ 1º-2º, 27, I
suspeição
relato, L.C. 102, art. 19, XIII
vacância, L.C. 102, art. 27, II
vedação, L.C. 102, art. 9º, I-VII
vencimentos
aumento, L. 7064, art. 1º; L. 7287, art. 1º; L. 7771, art. 1º; L. 7944, art. 1º;L.8112, art. 5º; L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L. 8563, art. 1º; L. 8749, art.1º; L. 8807, art. 1º; L. 8924, art. 1º; L. 9027, art. 1º; L 9551, art.1º; L. 9741, art. 1º

Conselheiro Substituto
denominação de Auditor, L.C. 102, art. 114-B

Conselho de Contas Municipais
normas, L. 5688, art. 22

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
participação do TCEMG, D. 47.674, art. 4º

Conselho Estadual de Arquivos
participação do TCEMG, L.19.420, arts. 11, 18

Conselho Estadual de Fomento e Colaboração – Confoco-MG
participação do TCEMG, D. 48.177, art. 9º

Constituição M.G. de 1989
art. 155, § 2º, L. 10572

Consultas ao TC
autoridade competente para formular, L.C. 33, art. 13, X
definição, L.C. 33, art. 13, parágrafo único; L.C. 102, art. 3º, XI, § 1º
emissão de parecer, L.C. 102, art. 3º, XI, § 1º
pelo Tribunal Pleno, L.C. 33, art. 25, X; L.C. 102, art. 35, III
por Auditor, L.C. 33, art. 21, III; L.C. 102, art. 27, V
forma de deliberação
parecer, L.C. 33, art. 73, V; L.C. 102, arts. 27, V, 72, II, b
normas, L. 164, art. 37; L. 1114, art. 80
prazo de resposta, L.C. 33, art. 13, X
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

Consultoria-Geral
subordinação, LCE 167/22, art. 2º, III

Contabilidade pública
disposições legais em vigor, L. 164, art. 55

Contador-inspetor
criação de 40 cargos, L. 9473, art. 1º; L. 9746, art. 1º

Contagem de tempo
elaboração da, L. 5511, art. 124

Contas
irregularidade; LC 102, arts. 48, III, a-e, § 1º, 51, § 1º, I-IV, 52, parágrafo único
aplicação de multa, L.C. 33, art. 47, parágrafo único
arquivamento/desarquivamento de processo, L.C. 33, arts. 48, 50; L.C. 102, art. 48; art. 50
sanções,L.C. 102, art. 3º, VI
julgamento, L.C. 33, art. 44, I-III; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52, parágrafo único
regulares, L.C. 102, arts, 48, I-II, 49-50, § 2º
revisão das, L. 164, art. 39
ver também Prestação de contas - Tomada de contas

Contas irregulares
conceito, L.C. 33, art. 44, III, a-c
débito
recolhimento, L.C. 33, art. 47

Contas regulares
quitação ao responsável, L.C. 33, arts. 45-46

Contrato
cláusulas essenciais, L. 164, art. 27; L. 1114, art. 61
controle das despesas, L. 14.199
exame dos, L. 164, art. 28; L. 1114, arts. 25, VI, 62
fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 48; L.C. 33, art. 55; ,L.C. 102, arts. 3º, XVI-XVII, 56-57, I-III, §§ 1º-4º, 58, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único
gestor responsável, L.C. 33, art. 62
ilegalidade
conseqüências, L.C. 33, art. ,59, § 1º, I-II; §§ 2º-3º regulares, L.C. 102, arts, 48, I-II, 49-50, § 2º
impugnação pelo TC
remessa ao Poder Legislativo, L.C. 33, art. 17, XII; ,L.C. 102, art. 19, XIX
inadimplência
liberação de recursos, L.C. 33, art. 61, § 2º, I-II

inidoneidade, L.C. 102, art. 83, III
irregularidades, L.C. 102, art. 64, IV
apuração, L. 5511, art. 48, § 6º
legalidade, L.C. 33, art. 13, XVI
liberação de recursos
necessidade de prestação de contas, L.C. 33, art. 61
município inadimplente, L.C. 33, art. 61, § 1º
publicação do , L. 164, art. 26; L. 1114, art. 60; L. 5511, art. 42, § 4º
registro no TC, L. 164, art. 24, L. 1114, art. 57
recusa, L. 1114, arts. 58-59
sustação de execução, L.C. 33, art. 13, XXVIII; L.C. 102, arts. 3º, XXVIII, 64, V-VI, parágrafo único
sustação pelo Poder Legislativo, L.C. 33, art. 59, § 2º; L.C. 102, art. 64, VI

Controle externo
definição, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único
responsáveis pela prestação de contas, L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, I-Vlll

Controle interno
apoio ao controle externo
atividades, art. 64, I-III
finalidades, L.C. 33, art. 63, I-IV
irregularidade/ilegalidade
comunicação ao TC, L.C. 33, art. 65, § 1º, I-III
observância, L.C. art. 4º, § 1º
parecer
conhecimento pelo gestor, L.C. 33, art. 66
relatório/parecer conclusivo, L.C. 102, arts. 40, § 3º, 42, § 3º
responsabilidade solidária, L.C. 33. art. 65, § 2º

Convênio
Administração Pública do Poder Executivo Estadual
transferência de recursos financeiros
normas, D.46.319
regulamentação do Decreto 46.319, RC SEGOV/AGE, 2/13
celebração
execução de projetos / realização de eventos, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.09); D.45.949
fiscalização, L.C. 33, art. 55; L.C. 102, arts. 3º, XVll, 62.63, §§ 1º-2º, 64, l-Vl, parágrafo único
gestor responsável, L.C. 33, art. 62; L.C. 102, art. 63, §§ 1º-2º
inadimplência
liberação de recursos, L.C. 33, art. 61, § 2º, I-II; L.C. 102, art. 63
legalidade, L.C. 33, art. 13, XVI
liberação de recurso financeiro
necessidade de prestação de contas, L.C. 33, art. 61
município inadimplente, L.C. 33, art. 61, § 1º
prestação de contas
execução de projetos / realização de eventos, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.09)
publicação em órgão oficial, L. 5511, art. 42, § 4º
recurso público
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102 arts. 3º, Xlll, 37, Vi, 62-63, §§1º-2º

Coordenadoria de Arquivo Geral
participação no Conselho Estadual de Arquivos, L.19.420, arts. 11, 18

Cópia reprográfica
fornecimento pelo TC, L.C. 33, art. 98, I-V
ver também Documentos

Corpo deliberativo
criação, L. 164, art. 2º, I; L. 1114, art. 2º, I
funções, L. 164, arts. 3-II; L. 1114, arts. 2-II

Corpo especial
composição/finalidades, L. 164, arts. 12-13; L. 1114, arts. 12-13

criação, L. 164, art. 2º, II; L. 1114, art. 2º, II

Corpo instrutivo
composição/finalidade, L. 164, art. 14; L. 1114, art. 14
criação, L. 164, art. 2º, III; L. 1114, art. 2º, III

Corpo Instrutivo do Tribunal - CIT
composição, L. 3230, art. 1º
finalidades, L. 1429, art. 1º
organograma, L. 1429, arts. 2º-3º

Corregedor
competência, L.C. 33, art. 19, I-IV; L.C. 102, art.21, l-Vl, parágrafo único
eleição/reeleição, L.C. 33, arts. 6º, 16, I; L.C. 102, arts. 4º, l, 13, parágrafo único, 35, XVll
relatório anual, L.C. 33, art. 20; L.C. 102, art. 21, parágrafo único

Corregedoria
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14

Crédito especial
abertura de, L. 10.993
procedimentos de repasse, EC 31/97

Crédito suplementar
abertura de, D. 43.330; D. 43.410; D. (MG 30.10.03); D. (MG16.12.03); L. 15.408; D. (MG 17.12.04); L.15.925; D.(MG de 23.12.05); L.16.427; D.(MG 30.11. 06); l.16.511; D. (MG de 23.12.06); L.17.035; L.17.660; D. (MG de 24.07.08); L. 17.497; D. (MG de 24.12.08); L. 18.585; L. 19.107; D.(MG de 16.09.10); L. 19.225; D. (MG de 02.12.10); L. 19.720; L. 19.723; D.(MG de 22.11.11); D.(MG de 25.11.11); D.(MG de 01.12.11); L. 19.922; D. (MG de 27.12.11); L. 20.467 (MG de 27.11.12); L.20.468 (MG de 27.11.12); D. 737 (MG de 28.11.12); D. 738 (MG de 27.11.12); L. 20.535 (MG de 15.12.12); D. 785 (MG de 18.12.12); L. 20.926 (MG de 06.11.13); D.631 (MG de 15.11.2013); L.21.379 (MG de 30.06.2014); D. 341 (MG de 08.07.2014); L.21.535 (MG de 18.12.2014); D. 692 (MG de 18.12.14); L. 21.844 (MG de 01.12.2015); D.559 (MG de 03.12.15); L.23.138 (MG de 11.12.2018); L.23.365 (MG de 26.07.2019); L.23.452 (MG de 30.11.2019); D.527 (MG de 09.11.2019); LE 24.269/22; DE 859/22; L. 24.430 (MG de 14.09.2023); D. 448 (MG de 20.09.2023); L. 25.055
normas para solicitação, D. 41.002
procedimentos de repasse, EC 31/97

Créditos
registro no TC, L. 1114, arts. 31-33

Créditos orçamentários
exame, L.C. 33, art. 33, III
procedimentos de repasse, EC 31/97
requisição, L.C. 102, art. 19, XXI

Crime de responsabilidade
apuração, L.C. 33, art. 17, VIII; L.C. 102, art. 19, XXlll

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização em Controle de Contas, Transparência e Responsabilidade Pública
autorização de funcionamento, D. 740

Curso de treinamento
manutenção de, L. 5688, art. 12

Datilógrafo
criação de 32 cargos, L. 9136, art. 1º
número de cargos, L. 6264, art. 2º
vencimentos
símbolos, alteração, L. 8281, art. 1º

Datilógrafo-redator
criação de 30 cargos, L. 9768, art. 12

Decisões do TC
prazos**,** LC 169/22art. 2º

Débito
correção monetária do , L.C. 33, art. 75, §§ 1º-3º; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º
imputação de
eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, § 1º
não pagamento
desconto em vencimentos, L.C. 33, art. 75, § 6º, I
remessa ao M.P. , L.C. 33, art. 75, § 6º, II; L.C. 102, art. 75, § 2º
parcelamento, L.C. 33, art. 75, §§ 3º-4º
quitação, L.C. 33, art. 75, § 5º; L.C. 102, art. 75, § 4º
recolhimento, L. 6131, art. 1º
responsável pelo
intimação, L.C. 102, art. 75, § 1º
notificação, L.C. 33, art. 75, § 2º

Decadência
definição, L.C. 102, arts. 110-A, parágrafo único, 110-H, parágrafo único
publicação de atos, L.C. 102 art. 110-I
reconhecimento, L.C. 102 arts. 110-A, parágrafo único, 110-J
verificação da ocorrência, L.C. 102 art. 19, § 1º

Decisão conflitante
orientação do Pleno, L.C. 33, art. 25, II

Decisões do TC
efeito suspensivo, L. 6131, art. 19, parágrafo único
eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C.102, art. 75, §§ 1º-4º
erros/inexatidões
correção, L. 1114, art. 74; L. 5511, art. 121; L.C. 33, art. 49
execução das, L. 5511, arts. 105-112; L.C.102, art. 32, II-IV, §§ 1º-2º
formas de, L. 5511, art. 104; L.C. 33, art. 73, I-V; L.C.102, art. 72, I-II, a-c, III, IV, a-b, V
interpretação antagônica
convocação do pleno, L. 6131, art. 19
normativa, L.C.102, art. 75, V
prazos, LC 169/22, art. 2º
publicação em órgão oficial, L.C. 33, art. 78; L.C.102, art. 76
revisão, L. 164, art. 47; L. 1114, arts. 72-73; L. 5511, arts. 87-90
tipos, L.C.102, art. 71, §§ 1º-3º

Demonstrações das variações patrimoniais
parecer do TC, L. 5511, art. 69

Demonstrativo das variações patrimoniais, L.C. 33, art. 39

Denúncia
apresentação por pessoa jurídica, L.C. 33, art. 68, parágrafo único; L.C.102, art. 66, parágrafo único
apuração em caráter sigiloso, L.C. 33, art. 69, art. 71; L.C.102, art. 67
arquivamento, L.C.102, art. 67, parágrafo único
certidão
expedição pelo TC., L.C. 33, art. 70; L.C.102, art. 68
decisão sobre, L.C. 33, art. 13, XXVII; L.C.102, arts. 3º, XXVII, 35, VI, 37, IX, 68
juízo de admissibilidade, L.C. 102, art. 19, XXXVIII
normas, L.C. 33, arts. 67-72; L.C. 102, arts. 65-66, I-IV, parágrafo único, 67, parágrafo único, 68-69, parágrafo único
prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º
requisitos de admissibilidade, L.C. 102, art. 66, I-IV
ver também Representação

Denunciante
responsabilidade, L.C. 33, art. 72; L.C. 102, art. 69, parágrafo único

Departamento administrativo
composição, L. 5511, art. 113

Departamentos autônomos
fiscalização, L. 1114, arts. 34-35
parecer do TC
em balanço orçamentário, L. 6131, art. 1º
tomada de contas, L. 11114, arts. 55-56; L. 5511, arts. 68, 72

Desfalques/desvio de bens
apuração/penalidades, L. 1114, arts. 47-53; L. 5511, art. 61-63
consequências, L.C. 33, art. 60; L.C. 102, art. 47, lll, §§ 1º-3º

Desapropriação de terrenos
construção do edifício-sede do TC, D. 24753

Despesa pública
atos
deliberação, L.C. 102, art. 37, III
caráter reservado/confidencial, L.C. 33, art. 33, § 4º
registro no TC, L. 1114, art. 25, § 3º; L. 5511, art. 42, § 5º
documentos
entrega ao TC, L.C. 33, art. 33, §§ 1º-3º
empenho
remessa de cópia ao TC, L. 1114, art. 25, §§ 1º-2º
exame da , L. 5511, art. 42; D. 20247, art. 2º, § 1º; L. 509, art. 6º
fiscalização pelo TC, L. 164, art. 33; L.C. 33, art. 33, II; L. 509, arts. 7º, 9º-10; L.C. 102, arts. 1º, parágrafo único, 3º, IV, 56-57, I-III, §§ 1º-2º, 58, §§ 1º-2º, 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, 61-63, §§ 1º 2º, 64, I-VI, parágrafo único
emissão de alerta, LC 102, arts. 35, XII, 55, parágrafo único
ilegalidade
sanções, art. 3º, XV
regularidade, L.C.33, art. 21, XI

Desvio de bens
consequências, L.C. 33, art. 60; L.C. 102, art. 47, lll, §§ 1º-3º

Diário Oficial Eletrônico
instituição no TCEMG, LC 111
publicação, L.C. 102, art. 114-A, I-IV

Diligências
determinação, L.C. 33, art. 42, § 1º
normas gerais, L. 5511, arts. 43-46
promoção, L.C. 33, art. 21, IV
tomada de contas/prestação de contas, L.C. 33, art. 42, § 1º

Dinheiro público
desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III

Direção superior
cargos de
grau de instrução, L. 7378, art. 3º

Diretor
gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15
regime de tempo integral, L. 6131, art. 15

Diretor I
nova denominação, L. 10485, art. 5º

Diretor II

nova denominação, L. 10065, art. 2º

Diretor Adjunto da Secretaria Geral
nova denominação, L. 9768, anexo II

Diretor da Secretaria Geral
atribuições
fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, IV

Diretor-geral
criação do cargo, L. 9768, art. 13

Diretoria Financeira e Orçamentária para os Municípios
criação, L. 5511, art. 4º, § 1º

Diretoria Financeira e Orçamentária para Tomada de Contas
criação, L. 5511, art. 4º, § 1º

Diretorias
funcionários
férias, L. 5511, art. 118

Diretrizes do sistema de carreira
estudos sobre
participação do TC, D. 30967, art. 3º, § 2º

Diretrizes Orçamentárias
exercício financeiro de 1999, L. 12.960, art. 1º, III
Lei Orçamentária
definição de ações, L. 12.960, art. 31
Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado, L. 12.960
Orçamento Fiscal, L. 12.960
exercício financeiro de 2002
Lei Orçamentária, L. 13.959
exercício financeiro de 2003
Lei Orçamentária, L. 14.371
exercício financeiro de 2004
Lei Orçamentária, L. 14.684
exercício financeiro de 2005
Lei Orçamentária, L. 15.291
exercício financeiro de 2006
Lei Orçamentária, L. 15.699
exercício financeiro de 2007
Lei Orçamentária, L. 16.314
exercício financeiro de 2008
Lei Orçamentária, L. 16.919
exercício financeiro de 2009
Lei Orçamentária, L. 17.710
exercício financeiro de 2010
Lei Orçamentária, L. 18.313
exercício financeiro de 2011
Lei Orçamentária, L. 19.099
exercício financeiro de 2012
Lei Orçamentária, L. 19.573
exercício financeiro de 2013
Lei Orçamentária, L. 20.373
exercício financeiro de 2014
Lei Orçamentária, L. 20.845
exercício financeiro de 2015
Lei Orçamentária, L. 21.447
exercício financeiro de 2016
Lei Orçamentária, L.21.736; L. 21.969
exercício financeiro de 2017

Lei Orçamentária, L.22.254
exercício financeiro de 2018
Lei Orçamentária, L.22.626
exercício financeiro de 2019
Lei Orçamentária, L.23.086; 23.287
exercício financeiro de 2020
Lei Orçamentária, L. 23.364
exercício financeiro de 2021
Lei Orçamentária, L. 23.641
exercício financeiro de 2022
Lei Orçamentária, L. 23.831
exercício financeiro de 2023
Lei Orçamentária, L. 24.218
exercício financeiro de 2024
Lei Orçamentária, L. 24.404
exercício financeiro de 2025
Lei Orçamentária, L. 24.945

Dirigentes/liquidantes
entidades públicas
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XXII; L.C. 102, art. 3º, XXll

Disponibilidades
julgamento pelo TC, L. 5511, art. 18
normas gerais, L. 5511. arts. 54-57

Divisão de Assuntos Municipais - DAM
constituição, L. 1429, art. 3º, III

Divisão de Fiscalização Financeira - DFF
constituição, L. 1429, art. 3º
representação no Conselho dos Contadores do Estado, L. 1429, art. 13

Divisão de Tomadas de Contas - DTC
constituição, L. 1429, art. 3º, II

Documentos
assinatura eletrônica, L. 24.030
certidão, L.C. 102, art. 19, XXVll
reprodução/cópias de
autenticação, L.C. 33, art. 99, parágrafo único
fornecimento pelo T.C, L.C. 33, art. 98, I-IV
validade, L. 5511, art. 123, § 1º; L. 6131, art. 1º

Dotação Orçamentária
repasse de recursos, EC 31/97

Edifício BEMGE
venda de andares, L. 7349, art. 2º

Eleição Presidente/Vice/Corregedor
competência privativa, L.C. 102, art. 4º, I
normas, L.C. 33, art. 33; L.C. 102, art. 13, parágrafo único

Embargos
normas, L. 164, art. 45

Embargos declaratórios
formulação, ; LC 169/22, art. 2º
normas, L. 164, art. 45, §§ 1º-2º; L. 1114, art. 70; L. 5511, arts. 81-82;
L.C. 33, art. 33; L.C. 102, arts. 98, lll, 106, parágrafo único, 107
prazo, LC 169, art. 2º

Embargos infringentes
normas, L. 164, art. 45, § 3º; L. 1114, art. 71; L. 5511, arts. 81, 83-84;
L.C. 33, art. 85

Emenda Constitucional nº I de 1970
art. 169, L. 5688, art. 22
art. 177, L. 5688, art. 20
art. 186, L. 5688, art. 29

Empresas públicas
balanço orçamentário
parecer do TC, L. 6131, art. 1º
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, paágrafo único
fiscalização pelo TC, L. 5511, arts. 20, 50-53; L.C. 33, art. 13, XI; L.C. 102, art. 3º, XII
tomada de contas, L. 5511, arts. 68, 72

Empréstimos/operações de crédito
deliberação, L. 28, art. 66, XIII, c, § 2º
fiscalização, L. 28, arts. 66, XIII, c, § 2º
parecer prévio do TC, L. 1114, arts. 63-65; L. 5511, arts. 74-75; L.C. 33, art. 32, IV; L.C. 102, arts. 3º, X, 35, IV
recursos provenientes
fiscalização, L.C. 33, art. 32, V
registro no TC, L. 28, art. 66, XIII, c, § 2º

Entidades paraestatais
fiscalização, L. 164, art. 41

Entidades sob intervenção
fiscalização., L.C. 33, art. 13, XXII; L.C. 102, arts. 2º, VII, 3º, XXII

Entidades subvencionadas
fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 47

Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo
credenciamento, D.740
estrutura, L.C. 102, art. 33, parágrafo único
finalidade, L.C. 102, art. 33
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º ; LCE 167/22, art. 14
organização, L.C. 102, art. 33, parágrafo único
recredenciamento, R SEDECTES 80/2018

Estado
administração financeira
fiscalização pelo TC, L. 1114, arts. 22-23
controle externo pelo TC., L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado
aplicação a servidor do TC., L.C. 33, art. 97; L.C. 102, art 113
estudos para elaboração, D. 30967

Estenógrafo-redator
vencimentos
símbolos, L. 7127, art. 5º

Exceção de suspeição/impedimento
julgamento, L.C. 33, art. 25, VIII; L.C. 102, art. 35, VIII

Exercício financeiro
ano de 1998
encerramento D. 40.138
ano de 1999
encerramento, D. 40.461

ano de 2000
encerramento, D. 41.312
ano de 2001
encerramento, D. 42.061
ano de 2002
encerramento, D. 43.033
ano de 2003
encerramento, D. 43.651
ano de 2004
encerramento, D. 43.902
ano de 2005
encerramento, D. 44.142
ano de 2006
encerramento, D. 44.404; D.44.437; D.44.438
ano de 2006
encerramento, D. 44.404; D.44.437; D.44.438
ano de 2007
encerramento, D. 44.653; D.44.702
ano de 2008
encerramento, D. 44.948; D. 45.002
ano de 2009
encerramento, D. 45.214
ano de 2010
encerramento, D. 45.493; D. 45.497
ano de 2011
encerramento, D. 45.782
ano de 2012
encerramento, D. 46.091
ano de 2013
encerramento, D. 46.091
ano de 2014
encerramento, D.46.638
ano de 2015
encerramento, D.46.883
ano de 2016
encerramento, D. 47.064
ano de 2017
encerramento, D. 47.282; D. 47.292
ano de 2018
encerramento, D. 47.521
ano de 2019
encerramento, D 47.755
ano de 2020
encerramento, D 48.080
ano de 2021
encerramento, D 48.303
ano de 2022
encerramento, D 48.531; D 48.539
contas do
parecer prévio, L. 164, art. 36
ano de 2023
encerramento, D 48.720
ano de 2024
encerramento, D 48.934

Extranumerário mensalista
criação de cargo de, L. 1429, art. 8º
tabela, D. 3689
alteração, D. 4974
transferência para o TC
Afra de Melo Araújo, D. 6100
Analúcia Bicalho Tristão, D. 6402
Antônio Expedito Ponzo, D. 5590

Carlindo Chagas Rosa, D. 5896
Dea Câmara Drumond Lege, D. 6200
Geny Ferreira Couto, D. 5659
Iracema Vieira da Silva, D. 5629
José Magno de Oliveira, D. 5630
Mafalda Wilke Tiburcio, D. 5735
Maria Ângela Noronha, D. 5465
Maria do Carmo Ferreira Lommez, D. 6119
Olga Torres Elias, D.5895
Ruth Dias de Barros, D. 5638; D. 5665; D. 5699
Wilson Augusto Penido de Andrade, D. 6012
Zélia Gott, D. 5746
vencimentos, L. 2583, art. 18

Falsidade
alegação de , L. 5511, art. 93

Fazenda Estadual
representação no TC, L. 164, arts. 19-20

FECIFIM
demonstrativos financeiros
normas específicas, L. 19.825, art. 5º

Fiança
deliberação, L.C. 102, art. 37, XI
legalidade, L.C. 33, art. 13, XXIV; L.C. 102, art. 3º, XXIV
restituição, L.C. 33, art. 13, XXIV

Fiscalização financeira/orçamentária
pelo TC, L. 5511, arts. 30-40

Função gratificada
designação, L. 3230, art. 3º
vencimentos
valores da, L. 3214; L. 3230, art. 14, parágrafo único

Funcontas
abertura de crédito suplementar, D. 527; Le 24.269/22
instituição, L. 22.478

Fundação
tomada de contas, L. 5511, art. 68
Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
ver Funcontas

Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira
ver FECIFIM

Gabinete de Juiz
função gratificada
criação, L. 5511, art. 128, § 1º

Gabinete do Presidente
subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único; L. 3230, art. 1º, parágrafo único

Garagem
criação de cargo de chefia, L. 6131, art. 8º

Gestão Pública Fiscal
alerta
emissão, L.C. 102, arts. 35, XII, 55, parágrafo único
fiscalização, L.C. 102, art. 55, parágrafo único

Governador do Estado
contas
aprovação, L. 164, art. 23, IV; L. 1114, art. 20, IV; L.C. 33,art. 51, §§ 1º-6º, art. 52; L.C. 102, arts. 40, §§ 1º-3º, 41, parágrafo único, 72, ll, a, 108
prestação de contas à Assembléia Legislativa, L.C. 102, art. 3º, l, parágrafo único, 72, ll, a, 108
Conselheiro-Relator/Revisor/Auditor
sorteio, L.C. 102, art. 35, XVlll
parecer prévio do TC, L. 1114, art. 38; L.C. 33, art. 13, I
representado pelo TC, L. 164, art. 23, VII; L. 1114, art. 20, IX
ver também Prestação de Contas

Gratificação, art. 143, e da Lei 869/52, L. 1429, art. 5º
ver também Servidor

Grupo de trabalho
ver também

Inspeções
comunicação de resultado, L.C. 33, art. 57; L.C. 102, art. 3º, XlV
determinação, L.C. 33, art. 71, XXVI
empresa especializada
contratação, L.C. 33, art. 56
pelo TC, L. 5511, art. 76
realização, L.C. 33, art. 13, VIII, arts. 56-58; L.C. 102, arts. 3º, lX, 57, ll, §§ 1º-2º
sonegação de informação/documento, L.C. 33, art. 58, §§ 1º-2º; L.C. 102, art. 58, §§ 1º-2º

Inspetor de contabilidade
aptidão profissional, L. 6131, art. 11
gratificação de produtividade
criação, L. 6131, art. 11, §§ 1º-3º
vacância do cargo
normas para preenchimento, L. 6264, art. 8º

Inspetor de controle externo
gratificação, L. 9768, art. 7º

Inspetor de finanças
criação do cargo, L. 6131, art. 14

Inspetoria Regional
instalação, L.C. 33, art. 5º, parágrafo único

Instrução normativa
deliberação por, L.C. 33, art. 73, III; L.C. 102, art. 72, lll
expedição, L.C. 33, art. 13, XXIX, art. 25, IV

Intendente Municipal
balancetes/prestação de contas, L. 2764, art. 11, XVIII, XXIII

Intérprete
designação, L.C. 102, art. 19, XVl

Intimação
dos atos e decisões do TC
publicação da, L. 5511, art. 105, 41; L.C. 102, arts. 77, ll, 78, l-Vl
normas, L. 6131, art. 1º

Juiz
afastamento do cargo
conservação do título, L. 5511, art. 125
aposentadoria
contagem de tempo, L. 1114, art. 85

gratificação de função judicante, D. 17084, art. 1º; L. 6646, art. 3º;
L. 6648, art. 4º
proventos, L. 6131, art. 20; L. 6804, art. 6º
denominação, L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 3º; L. 5511, art. 2º
transformação em Conselheiro, EC 7/77, art. 193, § 1º;
ECMG 10/77, art. 246
deveres, L. 5511, art. 129
exoneração
formas, L. 5511, art. 7º
falecimento
auxílio funeral/salários L. 5511, arts. 12-13
pensão, L. 6131, art. 2º
férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 84; L. 5511, art. 116
gratificação de função judicante, L. 6804, art. 1º, § 2º
idade mínima, L. 164, art. 4º; L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 5º; Constituição M.G. de 1967, art. 84; ECMG 1/70, art. 65; Constituição M.G. de 1989, art. 78, I
nomeação, L. 164, art. 4º; L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 11; Constituição M.G. de 1967, art. 101, VI, a; ECMG 1/70, art. 76, VIII, a
número de, L. 1143
parentes consangüíneos
participação em eleição, art. 7º, § 2º
exercício simultâneo
proibição, L. 5511, art. 6º
posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83
prazo, L. 5511, art. 119
prerrogativas, vantagens, etc. de Desembargador,
Constituição M.G. de 1947, art. 38; L. 164, art. 5º; L. 1114, art. 5º;
L. 5511, art. 5º
substituição, L. 164, art. 8º; L. 1114, art. 8º; L. 5511, art. 10
tribunal competente para julgamento dos, Constituição M.G. 1967, art. 90; ECMG 1/70, art. 65, parágrafo único; L. 164, art. 6º; L. 1114, art. 6º; L. 5511, art. 8º
vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 5948, art. 1º
aumento, L. 6227, art. 1º; L. 6491; L. 6646; L. 6804
representação mensal, L. 6804, arts. 1º, 41;
resolução 61 TJMG; L. 5726, art. 1º, parágrafo único

Juízes semanários
exame de documentação, L. 1114, art. 26

Julgados
rescisão dos, L. 5511, arts. 91-92
revisão dos, L. 5511, arts. 87-90

Julgamento das contas
processo
defesa do responsável, L.C. 33, art. 36

Jurisprudência do TC
incidente de uniformização, L.C. 33, art. 74

Lei 3241/64
aplicabilidade aos servidores do TC, L. 3230, art. 14, parágrafo único

Lei 5.511/70
revogação, L.C. 33, art. 110

Lei Complementar nº 33/94
revogação,L.C. 102, art. 121

Lei de Diretrizes Orçamentárias
projeto
composição de comissão permanente, EC 73
propostas parciais, EC 73

Lei Orgânica do TCU
aplicação supletiva, L.C. 33, art. 108; L.C. 102, art. 119

Licitação
ato
legalidade, L.C. 33, art. 13, XV, art. 21, X; L.C. 102, art. 3º, XVl
deliberação, L.C. 102, arts. 35, ll, 37, V
fraude
sanções, L.C. 33, art. 92; L.C. 102, art. 93
instrumento convocatório, L.C. 102, art. 59, parágrafo único, 61
procedimentos
fiscalização, L.C. 102, art.3º, XVl
publicidade, transparência e acesso à informação, L 23.569
suspensão, L.C. 102, arts. 60, parágrafo único, 61
ver também Câmara de Licitação

Licitante
idoneidade, L.C. 33, art. 92; L.C. 102, arts. 83, lll, 93

Liquidação de contas
normas, L. 5511, art. 60

Lotação de cargo no TC
Célia Boroni, D. 7193
Diva Ruas Santos, D. 7066
Margarida Domingues Vieira, D. 5894
Maria Zulmira de Melo Braz, D. 7725
Neuza Guerra Simões, D. 7726
Nilda Lúcia dos Santos, D. 9884
Nilza Fuscali Mouratoglou, D. 21380
Regina Célia de Castro Veado, D. 5255
Ruth Dias de Barros, D. 6782
Sílvia Ribeiro da Silva Passos, D. 7383
Vera Lúcia Matheus Loures, D. 9696
Zilah de Souza Vieira, D. 9938

Médico
contratação de, L. 5688, art. 19; L. 7127, art. 4º

Medidas Cautelares
determinação pelo TCEMG, L.C. 102, art. 95, §§ 1º-3º
prazos, L.C. 102, art. 96, §§ 3º-4º
tipos, L.C. 102, art. 96, I-IV, § 2º

Membros do TC, L. 509, art. 1º, 4º, 11; Constituição M.G. 1935, art. 82
nomeação, Constituição M.G. 1891, art. 109, § 1º
vencimentos, Constituição M.G. 1947, art. 38

Mensageiro
número de cargos, L. 6264, art. 3º

Minas Gerais (periódico)
publicação dos atos do TC, D. 17451, art. 6º

Ministério Público junto ao TCEMG
Colégio de Procuradores, L.C. 102, art. 31-A
competências, L.C. 33, art. 23, I-VII; L.C. 102, arts. 32, I-IX, §§ 1º-2º, art. 44, parágrafo único, 75, § 2º, 96, § 1º, 99,parágrafo único, 100, 103, § 2º, 109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único
composição, L.C. 33, art. 22; L.C. 102, art. 28
funcionamento, L.C. 102, arts. 28, §§ 1º-3º; 29-31, §§ 1º-3º, 32, I-IX, §§ 1º-2º
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
interposição de recursos, L.C. 102, arts. 31, VIII, 99, parágrafo único, 100, 103, § 2º

lotação de pessoal no TC, D. 19.633
membros, L.C. 102, arts. 28, 30
no TC, L. 5511, art. 28-30, D. 19.832, art. 1º
pedido de rescisão, L.C. 102, arts, 109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único
processo
forma conclusiva, L.C. 102, art. 32, IX
recurso
apresentação de, L.C. 33, art. 90, II
representação no TC, L. 509, art. 3º

Ministro
nomeação, Constituição M.G. 1967, art. 84, art. 101, VI, a; L. 509, art. 1º
vencimentos, L. 1429, art. 9º; L. 3230, art. 12; L. 4703, anexo III; L. 509, art. 4º, § 2º, b
ver também Conselheiro, Juiz

Motorista
número de cargos, L. 6264, art. 3º

Multa
aplicação, L.C. 102, atrs. 83, I, 84, parágrafo único, 85, I-XI, parágrafo único, 86-91
contas irregulares, L.C. 33, art. 95, I; L.C. 102, art. 85, I
débito, L.C. 102, art. 91
decisão não atendida, L.C. 33, art. 95, IV
descumprimento de decisão do TC., L.C 33, art. 95, § 1º; L.C. 102, arts. 85, III, 90
diligência não atendida, L.C. 33, art. 95, IV; L.C. 102, art. 90
embargos declaratórios protelatórios, L.C. 102, art. 85, XI
infração à norma legal, L.C. 33, art. 95, II; L.C. 102, art. 85, II
obstrução ao exercício da fiscalização, L.C. 33, art. 95, V; L.C. 102, art. 85, IV
omissão de informação de irregularidade, L.C. 33, art. 95, VII; L.C. 102, art. 85, VIII
não-encaminhamento de informações, L.C. 102, art. 85, VII, IX
por ato de gestão, L.C. 33, art. 95, III
reincidência de falta, L.C. 33, art. 95, IX
responsabilidade individual, L.C. 102, art. 84, parágrafo único
retenção de recurso público, L.C. 33, art. 95, VIII; L.C. 102, art. 85, X
sonegação de documento/informação, L.C. 33, art. 95, VI; L.C. 102, art. 85, V
eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º
fixação, L.C. 102, art. 89
gradação,
disposição no R.I, L.C. 33, art. 95, § 2º
não pagamento
correção monetária, L.C. 33, art. 96
recolhimento
não comprovação, L.C. 102, art. 88
parcelamento, L.C. 102, art. 87, parágrafo único
prazo, L.C. 33, art. 76
valor, L.C. 33, arts. 94-95; L.C. 102, art. 85, parágrafo único

Município
administração financeira
fiscalização pelo TC, L. 1114, arts. 22-23, 36-37
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único
desmembramento
laudo arbitral do TC, L. 2764, art. 4º, § 6º
recursos ao TC, L. 28, art. 11, § 5º; L. 855, art. 1º: "art. 11, § 6º"
empréstimos/operações de crédito
parecer prévio do TC, L. 5511, art. 74
fiscalização financeira/orçamentária, L.164, art. 23, I; L. 1114, art. 20, I;
L. 5511, arts. 73-76; L. 6131, art. 1º
intervenção, L. 28, art. 125
certidão negativa do TC, L. 5688, art. 21
ver também Empréstimo/operações de crédito - Prestação de contas

Notificação

formas de, L. 5511, arts. 65, 105-106; L. 6131, art. 1º
normas, L.C. 33, art. 77, I-IV

Numerário
suprimento de, D. 7987

Obras Públicas
registro no TC, Constituição M.G. de 1947, art. 40; L. 164, art. 24; L. 1114, art. 57

Oficial-chefe de gabinete de Conselheiro
transformação do cargo, L. 9528, art. 3º

Oficial de gabinete
gratificação de 1/3, L. 6131, art. 9º

Oficial de gabinete de Juiz
criação do cargo, L. 5511, art. 128

Oficial de gabinete de Procurador-Chefe
criação do cargo, L. 5511, art. 128; L. 5588, art. 1º

Operações de crédito
registro prévio, L. 1114, art. 24, I
ver também Parecer prévio - Empréstimo/Operação de crédito

Orçamento
execução de
julgamento da legalidade, L. 1114, art. 20, III
execução orçamentária e financeira
normas gerais, D.37.924; D.47.036; D.47.159
exercício de 2002
reavaliação de dotações, L. 14.169, art. 11
suplementação de dotações, L. 14.169, art. 8º, VI
exercício de 2003
reavaliação de dotações, L. 14.595, art. 9º
suplementação de dotações, L. 14.595, art. 8º, VI
exercício de 2005
estimativa de receitas / fixação de despesas, L. 15.460
exercício de 2006
programação, D.44.224
exercício de 2009
programação, D.45.023
exercício de 2011
programação, D.45.540; D.45.563
exercício de 2012
programação, D. 45.906
exercício de 2013
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.20.265
programação, D.46.149
exercício de 2014
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.148
programação, D. 46.443
exercício de 2015
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.695
programação, D.46.751
exercício de 2016
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.971
programação, D.46.949; D.46.988; D.47.006
exercício de 2017
programação, D.47.147
exercício de 2018
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.22.943
programação, D.47.371

exercício de 2019
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.290
programação, D.47.615
exercício de 2020
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.579
programação, D.47.865
exercício de 2021
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.751
programação, D.48.132
exercício de 2022
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 24.013
programação, D.48.328
exercício de 2023
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 24.272
programação, D.48.574
exercício de 2024
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 24.678
exercício de 2025
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 25.124

Órgãos autônomos
fiscalização pelo TC, L. 164, art. 23, l; L. 1114, art. 20, l; L.5511, art. 20

Óuvidor
apresentação de relatório anual, L.C. 102, art. 22, parágrafo único
designação, L.C. 102, art. 19, XXXll

Óuvidoria
funcionamento, L.C. 102, arts. 22-23
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
regulamentação, L.C. 102, art. 23

Pagamento/suprimento
adiantamento de, L. 1114, art. 28-30

Pagamentos
requisição de, L. 1114, art. 27
exame, L. 1114, art. 25, IV

Parecer
decisão, L.C. 102, art.72, ll, a-c
ver também Acórdão/Consulta

Parecer coletivo
ver sob Auditoria

Parecer prévio
contas de governador, L.C. 33, art. 25, I; L.C. 102, arts. 3º, l, 35, l, 40-41, parágrafo único
contas de prefeito, L. 5511, art. 73, § 2º; L. 5588; L.C. 33, art. 25, I; L.C. 102, arts. 37, l, 42-43, parágrafo único
deliberação, L.C. 102, art. 45, l-lll
emissão, L.C. 102, art.45, l-lll
empréstimo/operações de crédito, L. 164, art. 23, VIII; L. 1114, art. 20, X; L. 5511, art. 74-75; L.C. 33, art. 13, IX; L.C. 102, art. 35, lV

Partido político
denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII, art. 67; L.C. 102, arts. 3º, XXVll, 65

Peculato
conseqüências, L.C. 33, art. 60

Pedido de Reexame
formulação, LC 169/22, art.2º

normas, L.C. 102, arts.98, IV, 108, parágrafo único
prazo, LC 169, art. 2º

Pedido de Rescisão
normas, L.C. 102, arts.109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único

Pensões
julgamento pelo TC, L. 5511, art. 18, 54-57
ver também sob Servidor

Pessoal auxiliar
aprovação/cumprimento, L.C. 102, art.19, XXX

Plano Anual de Fiscalização
normas, L.C. 102, arts.98, IV, 108, parágrafo único

Poder Executivo
aquisição de bens/contratação de serviços
estado de calamidade pública- COVID-19, L. 23.641
controle interno, L.C. 33, art. 63

Poder Judiciário
controle interno, L.C. 33, art. 63

Poder Legislativo
controle interno, L.C. 33, art. 63
prestação de informações solicitadas, L.C. 33, art. 13, XIII; L.C. 102, art. 35, X

Prazos
adiantamento/suprimento
aplicação dos, L. 6131, art. 16
agravo, L. 2164, art. 2º
autarquia
balanço anual, L. 1114, art. 56
balanço anual do governador, Constituição M.G. 1947, art. 41, parágrafo único
caução
alienação administrativa, L. 164, art. 52; L. 1114, art. 79;
L. 5511, arts. 109-110
citação, L. 1114, art. 50, § 2º
contagem, L.C. 33, art. 107; L.C. arts. 81, parágrafo único, 82, I-III, §§ 1º-2º
contrato
publicação no M.G, L. 1114, art. 60, § 2º
débito
recolhimento da importância, L. 5511, art. 111
embargos declaratórios, L. 164, art. 45, § 1º; L. 1114, art. 70, § 1º;
L. 5511, art. 82, § 1º
embargos infringentes, L. 164, art. 46; L. 1114, art. 71; L. 5511, art. 84
envio de contas pelo Prefeito, L. 5511, art. 73, § 1º; L. 6131, art. 1º
exercício financeiro
ano de 1998
encerramento D. 40.138
ano de 1999
encerramento, D. 40.461
ano de 2000
encerramento, D. 41.312
ano de 2001
encerramento, D. 42.061
ano de 2002
encerramento, D. 43.033
inspeção de cumprimento dos, L.C. 33, art. 19, I, c, IV
julgamento de contas, L. 1114, art. 46, parágrafo único;
de Prefeito pela Câmara Municipal, L. 5511, art. 73, § 3º; L. 5588, art. 1º
parecer prévio de contas municipais, L. 5511, art. 73, § 2º; L. 5588, art. 1º

pedido de rescisão, L.C. 102, arts. 109, §1º, 110
processo, andamento, L. 5511, arts. 96-103
prorrogação, L. 5511, art. 96, § 1º; L. 6131
projeto orçamentário para 1999
envio de propostas parciais a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, L. 12.960, art. 6º
publicidade de despesas com servidores, L. 12.960, art. 44; L. 14.371, art. 45
recolhimento de multa, L.C. 33, art. 76; L.C. 102, arts. 88, 91, 94, parágrafo único
recurso ordinário, L. 5511, art. 78
recursos, L. 164, art. 47, § 2º; L. 1114, art. 68; L. 5511, art. 78; L.C. 102, art. 101
registro de contratos, L. 1114, art. 57
remessa de informações, L. 1114, art. 40, parágrafo único
ressarcimento de débito, L. 1114, art. 53; L. 5511, art. 111
resultado de exercício
envio ao TC, L. 5511, art. 72; L. 6131

Prefeito
balanço mensal
comunicação ao TC, L. 5688, art. 20
contas anuais, L.C. 102, arts. 42, §§ 1º-3º, 43, parágrafo único, 44, parágrafo único, 72, II, a, 108
julgamento pela Câmara, L.C. 33, art. 54, L.C.102, art. 44
não julgamento pela Câmara,
envio ao M.P, L.C. 33 ,art. 54, parágrafo único; L.C. 102, art. 44, parágrafo único
decisão
recurso ao TC, L. 28, art. 117
envio de contas ao TC, L. 5511, art. 73, § 1º
perda de cargo, L. 28, art. 43, IX, § 1º
prestação de contas, L.C. 33, art. 13, I; L.C. 102, arts. 3º, ll, 37, ll
remessa de balancetes do TC, L. 1114, art. 36, § 1º
serviço público
prestação de informações, L. 28, art. 73, XXVII
ver também Prestação de contas

Prejulgado
deliberação, L.C. 102, art. 35, VII,
interpretação
divergência, L.C. 102, art. 73
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

Prescrição
causas interruptivas, L.C. 102, art. 110-C, I-VII
causas suspensivas, L.C. 102, art. 110-D, parágrafo único
definição, L.C. 102, arts. 110-E, 110-F, I-II, parágrafo único, 118-A
publicação de atos, L.C. 102, art. 110-I
reconhecimento, L.C. 102, arts. 110-A, parágrafo único, 110-J
verificação da ocorrência, L.C. 102, art. 19, § 1º

Presidência
competência, L.C. 102, art. 115, § 2º
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
vacância, L.C. 33, art. 6º, §§ 3º-4º; L.C. 102, art. 15, §§ 1º-2º

Presidente
atribuições, L. 5511, art. 21; L. 6131, art. 1º; L.C. 33, art. 17, I-XXVII
fornecimento de certidão, L.C. 33, art. 99
fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, I
competência, L. 5588, art. 1º; L.C. 102, arts. 19, I-XXXVIII, 95, § 3º
movimentação de verba, L. 1114, art. 90
eleição/reeleição, L. 164, art. 7º; L. 1114, art. 7º; L. 5511, art. 9º;
L.C. 33, arts. 6º, 61, I; L.C. 102, arts. 4º; I, 13, parágrafo único, 35, XVII
envio de relatório à Assembléia, L.C. 33, art. 17, XXIV – XXV; L.C. 102, art. 19, XXVIII
gratificação por representação, L. 6131, art. 3º; L. 6804, art. 2º;
L. 7064, art. 1º, § 1º

nomeação, L. 509, art. 1º, § 3º
relatório anual
apresentação ao Plenário, L.C. 33, art. 17, XXIII
representação do Tribunal, L.C. 33, art. 17, XXVII
sessão
convocação/direção, L.C. 102, art. 34, § 1º
manutenção da ordem, L.C. 33, art. 17, VI; L.C. 102, art. 17, VI
subsídio
parcela de natureza indenizatória, L.C. 102, art. 14
substituição, L. 164, art. 7º, § 1º; L. 1114, art. 7º, §§ 2º-3º; L. 5511, art. 9º, § 2º; L.C. 33, arts. 6º, § 2º, 18, I; L. 509, art. 4º, § 1º; L.C. 102, arts. 15, 20, I
suspeição
relato, L.C. 102, art. 20, II
vacância de cargo, L. 5511, art. 9º, §§ 3º-4º
verba de representação, L.C. 33, art. 100
voto de desempate, L.C. 33, art. 17, V; L.C. 102, art. 19, XV

Presidente de Câmara Municipal
ver Câmara Municipal

Prestação de contas
ao TC, L. 164, art. 30; L. 1114, art. 40-46
apreciação, L.C. 102, art. 3º, I-II
balanço/balancete
parecer
Auditoria, L.C. 33, art. 21, VIII
Chefe da Defensoria Pública, L.C. 102, art. 35, parágrafo único
Chefe do Ministério Público, L.C. 102, art. 35, parágrafo único
convênio, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.2009)
decisão, L.C. 33, art. 42, §§ 2º-3º; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52, parágrafo único, 72, II, a
elementos, L.C. 33, art. 41
gestor de boa fé, L.C. 33, art. 43, § 2º; L.C. 102, art. 51, § 2º
Governador, L.C. 33, art. 21, IX; L.C. 102, arts. 35, VIII, parágrafo único, 40, §§ 1º-3º, 41, parágrafo único, 72, II, a, 108
ilegalidade
prazo para providências, L.C. 102, art. 3º, XVIII
impugnação de ato
sustação da execução, L.C. 102, art. 3º, XIX
irregularidade
conseqüências, L.C. 33, art. 43, I-IV; L.C. 102, art. 51, § 1º, I-IV
representação ao Poder competente, L.C. 102, arts. 3º, XX, 35, XV
julgamento, L.C. 33, arts. 37-38; L.C. 102, arts. 3º, III, 46, 2º, 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51
receita/despesa, L.C. 33, art. 38, I-IX
MG Investe Garantidor/MG Investe, D. 47.939, art. 12, lll
omissão, L.C. 33, art. 40, I; L.C. 102, art. 47,
parecer, L.C. 33, art. 21, V; L.C. 102, arts. 26, V, 46, § 2º, 72, II, a
Prefeito, L.C. 33, art. 21, IX; L.C. 102, arts. 3º, II, 37, I, 42, §§ 1º-3º,43, parágrafo único, 44, parágrafo único, 72, II, a, 108
Presidente do Judiciário, L.C. 102,.art. 35, parágrafo único
Presidente do Legislativo, L.C. 102, art. 35, parágrafo único
responsabilidade individual
fixação, L.C. 102, art. 3°, V
defesa não acolhida, L.C. 33, art. 43, § 1º
responsável por, L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, I-VIII
responsável por almoxarifados, L.C. 33, art. 33,21, II, b
revelia, L.C. 33, art. 43, § 3º; L.C. 102, art. 51, § 3º
Secretaria-Geral
elaboração de relatório, R. Sec. Geral, 4/2020, art. 2º, VI
trancamento das contas, L.C. 102, contas, art. 52
ver também Tomada de contas

Prestação de contas por adiantamento

instrução pela Auditoria, L.C. 33, art. 21, II, a

Primeira Câmara
competência, L.C. 33, art. 29
presidência da, L.C. 33, arts. 18, V, 28
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14
presidente
competência, L.C. 33, art. 31, I-V

Prisão administrativa
decretação, L. 164, art. 34, V; L. 1114, art. 52, IV

Procedimentos licitatórios
ver Licitação

Processo criminal
instauração, L. 1114, art. 18, VI; L. 1857, art. 1º

Processos
ampla defesa, L.C. 102, art. 111
arquivamento, L.C. 102, art. 117
audiência obrigatória do M.P. , L.C. 33, art. 24, I-VI
certidão, L.C. 102, art. 19, XXVII
decisão, L.C. 102, art. 35, V, 37, X
desarquivamento, L.C. 102, art. 52, parágrafo único
distribuição/ redistribuição, L.C. 33, art. 19, I, b; L.C. 102, art. 19, XXXI
exame
aplicação LOTC, L.C. 33, art. 103; L.C. 102,art. 116
expressões injuriosas em, L.C. 33, art. 17, IX; L.C. 102, art. 19, XVIII
instrução, L.C. 102, art. 112
prazos para andamento, L. 5511, arts. 96-103
prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º
requerimento, L.C. 102, art. 19, XXV
responsável
chamamento,L.C. 102, arts. 77, I-II, 78, I-VI, 79-80

Procurador
competência, L. 164, art. 21; L. 1114, art. 18; L. 1857, art. 1º
falecimento
pensão, L. 7217, art. 3º, parágrafo único
férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 84; L. 5511, art. 117
posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83; L. 5511, art. 119
vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 1429, art. 9º; L. 2583, art. 1º; L. 3230, art. 12; L. 4703, anexo III; L. 5511, art. 30, parágrafo único; L. 5726, art. 1º, parágrafo único

Procurador-chefe
atribuições, L. 5511, art. 32
férias, L. 5511, art. 117
nomeação, L. 5511, art. 29
posse, L. 5511, art. 120
substituição, L. 5511, art. 34
vencimentos, L. 4703, anexo III; L. 5511, art. 30, parágrafo único

Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG
afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV
antigüidade, L.C. 102, art. 18, I-III
ausência do País, L.C. 102, art. 35, XIV
competências, L.C. 102, arts. 32, III, V, VI, § 2º; 73-74,
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II, 29
delegação de atribuições, L.C. 102, art. 32, III, V-VI, § 2º
diárias de viagem, L.C. 102, arts 4º, VII, 35, XIII
direitos e vantagens, L.C. 102, arts. 19, VII, 30
falecimento

auxílio-funeral, L.C. 102, art. 114
férias, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII
indicação para o cargo de Conselheiro, L.C. 102, art. 19, XXXVI, parágrafo único
lista tríplice, L.C. 102, arts. 8º, I, b, 19, XXXV, 35, XIX
indicação para o cargo de Procurador-Geral
lista tríplice, L.C. 102, art. 31
ingresso, L.C. 102, arts. 29, 30
licença, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII
nomeação, L.C. 102, art. 28
número, L.C. 102, art. 28
posse, L.C. 102, arts. 16, 19, III
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX
provimento, L.C. 102, art. 28
substituição do Procurador-Geral do Ministério Público junto TCEMG, L.C. 102, art. 31, §§ 2º-3º
vedação, L.C. 102, art. 30

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG
competências, L.C. 102, arts. 28, § 1º, 31-A; 32, III, V-VI, § 2º
escolha/nomeação, L.C. 102, art. 28, § 1º
subsídio
parcela de natureza indenizatória, L.C. 102, art. 31, § 1º
substituição, L.C. 102, art. 31, § 2º

Procuradoria
atribuições, L. 5511, art. 31
audiência obrigatória, L. 5511, art. 33
criação, L. 1114, art. 2º, IV, art. 17
regimento interno, L. 5511, art. 35, parágrafo único
secretaria da, L. 5511, art. 35

Procuradoria-Geral
subordinação, LCE 167/22, art.2º, I

Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas
competências, LCE 167/22, art. 4º, I-VIII, §§ 1º-2º
estrutura organizacional, LCE 167/22, art.2º, I-III
instituição, LCE 167/22
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14

Programa Minas Legal
FECIFIM, L. 19.825

Projeto Orçamentário
exercício de 1999
prazo para envio de propostas parciais a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, L. 12.960, art. 6º

Promoção
ver Servidor

Proposta orçamentária do TCEMG
elaboração, L.C. 102, art. 4º, V
encaminhamento, L.C. 33, art. 17, IX; L.C. 102, art. 19, XX

Provimentos
deliberação por, L 5511, art. 104, c; L.C. 33, art. 73, II; L.C. 102, art. 73,II

Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares
atos, L.C. 102, art. 19, V
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II
lotação, , L.C. 102, art. 19, IV
posse, , L.C. 102, art. 19, IV
processo administrativo-disciplinar

penalidades, L.C. 102, art. 19, VI
projeto de lei
envio ao Legislativo, L.C. 33, art. 104; L.C. 102, art. 4º, III

Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares
composição, L. 9768, art. 1º
símbolos de vencimentos
alteração, L. 9937; L. 10065; L. 10292
ver também Quadro de Pessoal dos serviços auxiliares

Receita
arrecadação
inspeção, L.C. 33, art. 32, VI
atos
deliberação, L.C. 102, art. 37, III
documentos
entrega ao TC, L.C. 33, art. 32, parágrafo único
exame da, L. 164, arts. 31-32; L. 5511, art. 41; L. 509, art. 6º
fiscalização, L.C. 33, arts. 13, XXI, 32, I; , L.C. 102, arts.56-57, I-III, §§ 1º-2º, 58, §§ 1º-2º, 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, 61-63, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único
fontes
fiscalização, L.C. 33, art. 32, VII
renúncia, L.C. 33, art. 32, I; L.C. 102, arts. 1º, parágrafo único, 3º, IV

Reconsideração (recurso)
normas, L.C. 33, art. 81

Recurso ordinário
apreciação ,L.C. 102, art. 103, § 1º
decisões definitivas, L.C. 102, arts. 98, I, 102
interposição, L.C. 102, art. 103, § 2º; LC 169/22, art. 2º
normas, L. 5511, art. 78; L.C. 102, arts. 102-103, §§ 1º-2º
prazo, LC 169, art. 2º

Recursos
de prefeito, L. 1114, art. 37
decisão da Câmara de Licitação, EC. 24/97
emissão de parecer, L.C. 33, art. 21, III
interposição
parte competente, L.C. 33, art. 90; L.C. 102, arts. 99, parágrafo único, 100
interposição pelo Ministério Público, L.C. 33, art. 25, VII; , L.C. 102, arts. 32, VIII, 99, parágrafo único, 100, 103, § 2º
petição
indeferimento liminar, L.C. 102, art. 99, parágrafo único
prazos, art. 101; LC 169, art. 2º
recebimento, L.C. 33, art. 17, XIX
tipos/normas, L. 164, arts. 44-47; L. 1114, arts. 64-75; L. 1857, art. 2º; L. 2164, arts. 1º-5º; L. 5511, arts. 77-86; L.C. 33, art. 80, I-IV; L.C. 102, arts.98, I-IV, 99, parágrafo único, I-IV, 100-103, §§ 1º-2º, 104-105, parágrafo único,106, parágrafo único, 107-108, parágrafo único

Recursos financeiros
exercício de 2019
execução financeira, D. 47.668

Recursos públicos
aplicação no mercado financeiro, L.C. 33, art. 32, III
pagamento das obrigações
fiscalização, L.C. 102, art. 3º, XXX
perda/extravio/irregularidade
responsabilidade, L.C. 33, art. 13, IV
repasse
entidades privadas, L.C. 33, art. 13, XXIII; L.C. 102, art. 3º, XXIII
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102, art. 3º, XIII

retenção
sanções, L.C. 33, art. 35

Recursos repassados pelo Estado
falta de comprovação da aplicação, L.C. 33, art. 40, II
procedimentos, EC 31/97

Recursos repassados pelo Município
falta de comprovação da aplicação, L.C. 33, art. 40, II

Redator de estenografia
número de cargos, L. 6264, art. 2º

Reformas (militar)
normas, L. 1114, art. 20. IX; L. 5511, arts. 18, 54-57
ver também sob Servidor

Regimento Interno
alteração, L.C. 33, art. 16, II, art. 102, § 1º; L.C. 102, arts. 4º, ll, 115, § 1º
aprovação, L.C. 33, art. 102, § 1º; L.C. 102, arts. 72, lV, a, 115, § 1º
elaboração, L. 164, art. 38; L. 1114, arts. 21, 81; L.C. 33, art. 16, II; L.C. 102, art. 4º, ll
prazo para publicação, L.C. 33, art. 102; L.C. 102, art. 115

Relatório de Gestão Fiscal
assinatura/publicação, L.C. 102, art. 19, XXIX

Repartições arrecadadoras
inspeção, L.C. 33, art. 32, VI

Repartições públicas estaduais
feriados e pontos facultativos
2015, Com. 03.09.2015

Representação
decisão, L.C. 102, arts. 35, VI, 37, IX
juízo de admissibilidade, L.C. 102, art. 19, XXXVIII
legitimidade para representar, L.C. 102, art. 70, § 1º, I-VIII
normas, L.C. 102, art. 70, § 1º, I-VIII, §§ 2º-3º
prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º
recebimento pelo TCEMG, L.C. 102, art. 70
ver também Denúncia

Representação da Fazenda Estadual
no TC, L. 164, art. 2º

Rescisão de julgado
normas, L.C. 33, art. 80, VI, art. 86, I-III, arts. 87-89

Resolução
deliberação por, L.C. 33, art. 73, IV; L.C. 102, art. 72, lV, a-b
expedição, L.C. 33, art. 13, XXIX, art. 25, IV

Responsável
afastamento temporário, L.C. 102, art. 96, I
arresto de bens, L.C. 33, art. 93
chamamento, L.C. 102arts. 77, I-III, 78, I-IV, 79-80
cometimento de infração, L.C. 102, art. 92
dano ao erário
ressarcimento, L.C. 102, art. 94, § 1º
imterposição de recursos, L.C. 102, arts. 99, parágrafo único, 100

Revisão (recurso)
normas, L.C. 33, art. 84

Revisor técnico, L. 2583, art. 15

Revista do Tribunal de Contas
criação, L. 5688, art. 18
direção, L.C. 33, art. 18, III; L.C. 102, art. 19, XXXIX
Vice-Diretor, L.C. 102, art. 19, XXXIX
Rol dos responsáveis
ver sob Tribunal de Contas

Sanções
aplicação, L.C. 33, arts. 91-93; L.C. 102, arts. 83, I-III, parágrafo único, 84, parágrafo único, 85, I-XI, parágrafo único, 86-94, parágrafo único

Secretaria da Fazenda
envio de documentos ao TC, 5511, art. 42, §§ 1º-3º

Secretaria de Recursos Humanos e Administração
elaboração do novo estatuto dos funcionários
colaboração do TC, C.30.967

Secretaria do Tribunal
normas gerais, L. 1114, art. 89
subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único; L. 3230, parágrafo único

Secretaria Geral
atribuições, L. 5511, art. 37
composição, L. 5511, art. 36
diretor
secretário das sessões plenárias, L. 5511, art. 38
funcionário
férias, L. 5511, art. 118

Secretário
vencimentos, L. 2583, art. 7º

Segunda Câmara
competência, L.C. 33, art. 30
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14
presidência, L.C. 33, art. 28
Presidente
competência, L.C. 33, art. 31, I-V

Sentença
execução, L. 164, arts. 48-52; L. 1114, arts. 75-79; L. 5511, arts. 105-112

Serviço administrativo
chefia
vencimentos, L. 2583, arts 7º

Serviço auxiliar - SA
constituição, L. 1429, art. 3º, IV

Serviço extraordinário
convocação, L. 10485, art. 4º
ver também Servidor

Serviço Médico
chefia
criação, L. 6264, art. 4º

Serviços Auxiliares
atribuições/especificações, L.C.33, art. 5º; L.C. 102, art. 6º, § 1º

composição, L. 5688, art. 1º; L. 6131, art. 5º
inspeção/correção, L.C.33, art. 19, I
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
organização, L.C. 33, art. 16, II
quadro próprio de pessoal, L.C. 33, art. 4º

Serviços técnicos especializados
requisição pelo TC, L.C.33, art. 14; L.C. 102, art. 3º, § 2º

Servidor
à disposição do TC, D. 15203
integração no quadro, L. 6131, art. 21
abandono de cargo
processo, L.C. 33, art. 19, III
abono família
valores, L. 6648, art. 6º; L. 6819, art. 3º; L. 7064, art. 6º; L. 7121, art. 2º;
L.7378, art. 2º; L. 7556, art. 3º; L. 7770, art. 2º; L. 7928, art. 2º;
L. 8219, art. 2º; L. 8399, art. 2º; L. 8580, art. 2º; L. 8731, art. 2º;
L. 8808, art. 2º; L. 9028, art. 2º; L. 9135, art. 3º; L. 9582, art. 2º;
L. 9732, art. 3º; L. 9733, art. 3º; L. 10096, art. 2º; L. 10161, art.4º;
L. 10256, art. 3º; L. 10292, art. 4º; L. 10485, art. 2º
adicional por tempo de serviço
pagamento, L. 10292, art. 4º
admissão
atos de, L.C. 33, art. 13, VI; L.C. 102, arts. 3º VII, 37, VII
averbação, L,C. 102, art. 3º, XXV
registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III
aplicação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, L. 5511, art. 115; L.C. 102, art. 113
aposentadoria
atos de, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102,arts. 3º, VIII, 37, VIII
averbação, art. 3º, XXV
registro, arts. 53, I, 54, I-III
controle, L. 1114, arts. 20, XI, 25, III;L. 5511, arts. 18, 54-57
gratificação de natal, L. 8731, art. 3º, § 5º
proventos, L. 6819, art. 2º; L. 9768, art. 10
abono, L. 10518, art. 4º
ajustamento, L. 7098, arts. 1º-2º
aumento ver Servidor vencimentos aumento
aumento mensal, L. 9733, art. 4º
composição, L. 9509
normas gerais, L. 6565
recebimento, L. 6131, art. 20
tabela, L. 7516, art. 6º; L. 7556, art. 5º
atos de direitos e vantagens, L.C. 33, art. 17, XXI
atos sobre, L.C. 33, art. 17, III; L.C. 102, art. 19, V
ausência do País,L.C. 102, art. 19, XI
cargo em comissão
inabilitação, L.C. 102, art. 83, II, 92
cessão a outros órgãos, L.C. 102, art. 19, X
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II
classificação de cargos
questionário
preenchimento, L. 5360
denúncia, L.C. 102, art. 21, V
deveres/obrigações, L.C. 102, art. 21, I
diárias, L.C. 33, art. 16, VII; L.C. 102, arts. 4º, VII, 35, XIII
falecimento
pagamento férias-prêmio não gozadas, L. 8808, art. 3º
férias/licença, L. 1114, art. 89
concessão, L.C. 33, art. 16, IV
função de confiança
inabilitação,L.C. 102, arts. 83, II, 92
gratificação de estímulo à produção individual, L. 6762, art. 39; D. 17743

gratificação de fiscalização financeira/orçamentária, L. 10292, art. 5º; L. 10485, art. 5º
gratificação de natal, L. 8731, art. 3º
valor, L. 9733, art. 3º
gratificação especial, L. 9404, art. 20; L. 9768, art. 9º; L. 9932, art. 4º
licença remunerada
mandato eletivo, L. 9404, art. 5º
lotação, D. 4788; L.C. 102, art. 19, IV
nível universitário
vencimentos, L. 2583, art. 20
pensão
atos, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102, arts. 3º, VIII, 37, VIII
averbação, L.C. 102,art. 3º, XXV
registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III
posse, L. 1114, art. 83; L.C. 102, art. 19, IV
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 21, III-IV
penalidades, L.C. 102, art. 19, VI
progressão funcional, D. 16409, art. 22; L. 6762, arts. 22-24;
L. 7207, arts. 1º-2º; L. 9768, art. 5º
promoção
normas, L. 6131, art. 10
punição, L.C. 33, art. 11, XV
quadro específico
opção, L. 9768, art. 2º, parágrafo único
readaptação, D. 8936, art. 12
reforma
atos, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102, arts. 3º, VIII, 37, VIII
averbação,L.C. 102, art. 3º, XXV
registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III
remuneração
limites, Constituição M.G, 1989, art. 24; L. 10292, art. 3º
representação, L.C. 102, art. 21, V
requisição de, L. 5511, art. 126
seguridade social, L. 7286, arts. 20-23
seleção
fiscalização de procedimentos, L.C. 102, art. 3º, XXXI
substituição
remuneração, L.C. 33, art. 105
vencimentos
abono, L. 5652, art. 2º, I, ; L. 7556, art. 1º; L. 10518, art. 1º
aumento, L. 5949, art. 1º; L. 6648, art. 1º; L. 6819, art. 1º; L. 7127, art. 1º;
L. 7378, art. 1º; L. 7556, art. 2º; L. 7770, art. 1º; L. 7928, art. 1º;
L. 8219, art. 1º; L. 8399, art. 1º; L. 8580, art. 1º; L. 8731, art. 1º;
L. 8808, art. 1º; L. 8926, art. 1º; L. 9028, art. 1º; L. 9135, art. 1º;
L. 9404, art. 1º; L. 9582, art. 1º; L. 9532, art. 1º; L. 9733, art. 1º;
L. 9932, arts. 1º-2º; L. 10096, art. 1º; L. 10161, art. 1º; L. 10256, art. 1º
cálculo
centavos, eliminação, L. 6819, art. 4º; L. 7127, art. 3º; L. 7556, art. 7º;
L. 7770, art. 3º; L. 7928, art. 3º; L. 8219, art. 3º; L. 8399, art. 3º;
L. 8580, art. 3º
fixação, L.C. 33 art. 16, III; L. 43

SIAD-MG
instituição, D. 42.873
usuários, D. 42.873, art. 3º

SIAFI
adesão do TCMG, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903

Sindicato
denúncia, L.C. 33, arts. 13, XXVII, 57; L.C. 102, arts. 3º, XXVll, 65

SIPAG
participação do TCMG, D. 42.725, art. 4º

Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental
ver SIPAG

Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerai
ver SIAD-MG

Sociedade de economia mista
balanço orçamentário
parecer do TC, L. 6131, art. 1º
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único
fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 20
tomada de contas, L. 5511, art. 72

Subprocurador
atribuições, L. 1114, art. 19
falecimento
pensão, L. 7217, art. 3º, parágrafo único
férias, L. 1114, art. 87
vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 1429, art. 9º; L. 2327, art. 2º; L. 2583, art. 2º

Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG
competências, L.C. 102, art.32, III, V-VI, § 2º
escolha/nomeação, L.C. 102, art. 28, § 1º
mandato, L.C. 102, art. 28, § 2º
substituição do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, L.C. 102, art. 31, § 2º-3º

Subprocuradoria-Geral
atribuições, LCE 167/22, art. 5º, I-V
subordinação, LCE 167/22, art. 2º, III

Súmula
aprovação de enunciados, L.C. 102, art. 35, XI
coordenação/publicação das, L.C. 33, art. 18, IV; L.C. 102, art. 20, IV
estabelecimento pelo Pleno, L.C. 33, art. 25, VI
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

Supervisor IV
nova denominação, L. 10065, art. 3º

Suprimento
ver Pagamento

Taquígrafo-redator
criação de cargos, L. 9936, art. 1º

Técnico de administração
vencimentos, L. 2583, art. 13

Técnico de administração municipal
vencimentos, L. 2583, art. 13

Técnico de contabilidade
habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º
vencimentos, L. 2583, art. 10

Técnico de controle externo
escolaridade exigida, L. 9768, art. 11
gratificação, L. 9768, art. 7º

Técnico de documentação
denominação, L. 9768, anexo II

Técnico de fiscalização financeira

vencimentos, L. 2583, art. 13

Termo de Ajustamento de Gestão
instituição, L.C. 102, art. 93-A, §§ 1º-8º
regulamentação, L.C. 102, art. 93-B

Tesouraria, unidade de
aplicação ao TC, L. 6194; D. 32865

Tesouro estadual
ônus para
registro no TC, L. 164, art. 24; L. 1114, art. 25, VII
dispensa, L. 164, art. 29

Tesouro público
disponibilidade de caixa
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XX; L.C. 102, art. 3º, XXI

Título executivo
decisão do TC
eficácia de L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º

Títulos da dívida pública
emissão de
registro prévio, L. 1114, art. 24, I

Títulos declaratórios de direito
averbação, L.C. 33, art. 13, XXV; L.C. 102, art. 3º, XXV

Tomada de contas
competência do TC, L. 164, art. 34
decisão, L.C. 33, art. 42, §§ 2º-3º; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52, parágrafo único
definição, L.C. 33, art. 13, V; L.C. 102, art. 3º, VI
elementos, L.C. 33, art. 41
fiscalização pela Assembléia Legislativa, L.C. 102, art. 120
gestor de boa fé, L.C. 33, art. 43, § 2º; L.C. 102, art. 51, § 2º
instauração, L.C. 33, art. 40, parágrafo único
instrução dos processos, L. 5511, art. 64
irregularidade
consequências, L.C. 33, art. 43, I-IV; L.C. 102, art. 51, § 1º, I-IV
julgamento, L.C. 33, arts. 37-38; L.C. 102, arts. 46, § 2º, 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51
parecer, L.C. 33, art. 21, V
normas gerais, L. 5511, arts. 58-68
remessa de documentos ao TC
prazo, L. 5511, art. 59, § 1º
responsabilidade individual
defesa não acolhida, L.C. 33, art. 43, § 1º
revelia, L.C. 33, art. 43, § 3º; L.C. 102, art. 51, § 3º
trancamento das contas, L.C. 102, art. 52

Tomada de contas especial
determinação pelo controle interno, L.C. 33, art. 64, III
elementos, L.C. 102, art. 47, § 3º
instauração, L.C. 33, arts. 40, I-IV, art. 60, parágrafo único; L.C. 102, art. 47, I-IV, §§ 1º-3º, 64, I-II

Tribunal de Contas
adesão ao SIAFI, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903
atos do
publicação no “Minas Gerais”, D. 17451, art. 6º
atendimento ao público, L. 23.902
atribuições, L. 164, arts. 24-29; L. 1114, arts. 20-21; L. 5511, arts. 14-15; L. 6131, art. 1º

arquivamento de processo, L.C. 102, art. 117
audiência pública regional
  participação, EC 36/98
cargos, L. 509, art. 2º
cerimonial, D. 396; D. 806; D. 78
competência, Constituição M.G 1947, art. 41; Constituição M.G 1967,
  arts. 74-82, 86, 98; ECMG 1/70, art. 67; Constituição M.G 1989, art. 77;
  L.C. 33, art. 2º, I-IX, arts. 13-16; Constituição M.G. 1935, art. 81; L.C. 102, art. 3º, I-XXXI, §§ 1º-4º
  conflitos de, L.C. 102, art. 19, XXVII
  observância aos princípios da prescrição e decadência, ECE 78
competência privativa, L.C. 33, art. 16, I-X; L.C. 102, art. 4º, I-XI, §§ 1º-2º
composição, Constituição M.G 1967, art. 83; ECMG 1/70, arts. 65, 76, VII, a;
  L. 5511, art. 2º; L. 5588, art. 1º; Constituição M.G 1989, art. 77, § 1º;
  L.C. 33, art. 3º; L. 509, art. 1º, § 1º; L.C. 102, art. 5º
comunicação entre os Tribunais de Contas
  atuação em representações e denúncias, P. TCU 138/24
constituição, L. 164, art. 2º; L. 1114, art. 2º
contas
  aprovação pela ALMG
    exercício de 2003, R. 5.519/17
    exercício de 2004, R.5.520/17
contas anuais do prefeito
  parecer prévio, L. 5511, art. 73, § 2º
contribuição previdenciária
  débitos, D. 45.424; D.45.449; D.45.528
controle interno, L.C. 102, art. 4º, § 1º
criação, Constituição M.G. 1891, art. 109; L. 509
decisões
  formas, L. 5511, art. 104
deliberações, L. 164, art. II; L. 1114, art. II
  votação, L. 5511, art. II
despesa
  divulgação de demonstrativos, L.C. 102, art. 4º, X
despesa com pessoal
  repartição dos limites, D.C.ALMG/TCEMG 1/2012; D.C. ALMG/TCEMG (2015)
despesas com servidores
  publicidade, L. 12.960, art. 44; L 14.731, art. 45
despesas primárias
  limitação, D.48.886, art. 1º, § 9º
estado de calamidade pública
  COVID-19
    bens e serviços
      ocupação e uso, D. 47.891; D. 48.040; D. 48.102; D. 48.205
estrutura orgânica, L.C. 33, art. 104, I; L.C. 102, arts. 6º, §§ 1º-2º, 72, IV, a; LC 167/22, art. 14
expediente
  publicidade do, L.C. 33, art. 17, XI
extinção, DL. 360
Funcontas
  Instituição, L.22.478
Grupo de Trabalho
  revisão das normas de finanças públicas
    instituição, D. 163
instituição, Constituição M.G. 1935, art. 79; Constituição M.G. 1947, art. 37
integração do Conselho Estadual de Arquivos, L.19.420, arts. 11, 18
jurisdição, L.C. 102, arts. 1º, 2º, I-VIII
  Constituição M.G. 1947, art. 37; L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 1º;
  Constituição M.G. 1967, art. 37; L. 5511, art. 1º; ECMG 1/70, art. 64; Constituição M.G. 1989, art. 77;
    L.C 33, art. 2º
membros, Constituição M.G. 1891, art. 109., § 1º; Constituição M.G. 1935, art. 82; L. 509, arts. 1º, 4º, 11;
  Constituição M.G. 1947, arts. 37-39
organização
  divisão em Câmaras, ECE 78
organograma, L. 3230; L. 5511, arts. 3º-4º

órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, L. 5511, art. 1º
permuta de imóveis, L. 7349
pessoal do, ECMG 1/70, art. 64
prestação de contas à Assembléia, L.C. 33, art. 16, VIII; L.C. 102, arts. 4º, VIII, XXVIII
proposta orçamentária, L.C. 33, art. 16, VI; L.C. 102, art. 4º, VI
exercício de 1999, L. 12.960
exercício de 2002, L. 13.959
exercício de 2003, L. 14.371
publicação de matéria no Órgão Oficial, L.19.429
quadro de pessoal, L. 164 (anexo); L. 1429 (anexos); L. 3230, arts. 2º-10; L. 5511, art. 16; L. 9768; L. 43
recursos orçamentários
repasse, EC 31/97
requisição, L.C. 33, art. 17, X; L.C. 102, art. 19, XXI
reforma administrativa, L. 5688, art. 16
regimento interno, L. 164, art. 38; L. 1114, arts. 21-81
relatório
envio à Assembléia Legislativa, Constituição M.G. 1989, art. 78, §§ 4º-5º; L.C. 33, art. 16, IX; L.C. 102, art. 4º, IX, § 2º, XXVIII
relatórios estatísticos
disponibilização de dados, L.C. 102, art. 21, VI
representação, L.C. 33, art. 17, XIII; L.C. 102, art. 19, XXIV
requisição de informações/documentos, L.C. 102, art. 57, III, § 1º
rol dos responsáveis
recebimento, L.C. 33, art. 15; L.C. 102, art. 3º, § 3º
sanção
aplicação, L.C. 33, art. 13, XIV; L.C. 102, art. 3º, XV
secretaria da Procuradoria do MP, D.19832, art. 1º
sede, Constituição M.G. 1947, art. 37; L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 1º; Constituição M.G. 1967, art. 37; L.5511, art. 1º; ECMG 1/70, art. 64; Constituição M.G. 1989, art. 77; L. 509, art. 1º, § 1; L.C. 102, art. 1º
solicitação a autoridades
elementos para exercício de sua competência, L.C. 102, art. 3º, § 4º
unidades regionais
instalação nas macrorregiões, L.C. 102, art. 6º, § 2º

Tribunal de Contas da União
ver Lei Orgânica do TCU

Tribunal Pleno
alerta
emissão, L.C. 102,art. 35, XII
competências, L.C. 33, art. 15, I-XII; L.C. 102, arts. 35, I-XXII, parágrafo único, 73
constituição, L.C. 102, art. 34
informação
prestação, L.C. 33, art. 25, V; L.C. 102, art. 35, X
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
prestação de contas, L.C. 102, art. 19, XXVIII
propostas de projetos de lei,L.C. 102, arts. 19, XXII, 35, XVI
relatório de atividades, L.C. 102, art. 19, XXVIII
“quorum”, L.C. 33, art. 25, parágrafo único; L.C. 102, arts. 27, III, 34, § 2º
sessões, L.C. 102, arts. 19, II, 32, II
convocação, L.C. 102, art. 34, § 1º
direção, L.C. 102, art. 34, § 1º

Uniformização de Jurisprudência
argüição, L.C. 102, art. 74
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

Valores públicos
desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III

Veículo oficial

uso de, D. 10450

Vice-Presidência
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14
vacância, L.C. 33, art. 6º, §§ 3º-4º; ,L.C. 102, art. 15, §§ 1º-2º

Vice-Presidente
atribuições, L. 5511, art. 22; L.C. 33, art. 18, I-V; L.C. 102, art. 20, I-II
eleição/reeleição, L. 164, art. 7º; L. 1114, art. 7º; L. 5511, art. 9º; L.C. 102, arts. 4º; I, 13, parágrafo único, 35, XVII
sessões do Tribunal Pleno
convocação/direção, L.C. 102, art. 34, § 1º
substituição do Presidente, L.C. 102, arts. 15, 20, I

Vistoria
determinação, L.C. 33, art. 17, XXVI
substituição do Presidente, arts. 15, 20, I

Elaboração: Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação
Bibliotecária Responsável pela Atualização:
Ariadne Antunes Vilaça Teixeira - CRB 6/1022